



Adendos e Espinhos

Renato Suttana

Adendos e Espinhos

O Arquivo de Renato Suttana
<http://www.arquivors.com/adendoseespinhos.pdf>

2005

A distribuição deste livro é gratuita e se destina ao uso privado. A obra escrita nele contida não poderá ser adulterada ou reproduzida, no todo ou em parte, para quaisquer fins que não o especificado, sem o prévio consentimento de seu autor.

Ilustração da capa:
Incidente na rua, de L. S. Lowry (detalhe)

e-mail para contato:
fantasmananoite@ig.com.br

Copyright © Renato Suttana, 2005

Sumário

Advertência	6
Rancores	7
O ETERNO RECOMEÇO DA CRÍTICA.....	8
MANIA DE CONCURSOS.....	12
TITANIC II.....	15
CAÇA AO MISTÉRIO.....	18
MILIONÁRIOS EM POTENCIAL.....	21
O DIREITO AO RIDÍCULO.....	24
ARITMÉTICA PARA ANTOLOGISTAS.....	27
A QUEDA QUE AS UNIVERSIDADES TÊM PELOS POETAS MORTOS.....	30
POR QUE DEVEMOS ADMIRAR OS RICOS?.....	33
DAS CAMPANHAS POLÍTICAS DE MINHA TERRA DESCRITAS COMO UM FILME DE HORROR.....	35
PORNOGRAFIA E DEVANEIO.....	40
O QUE VOCÊ FARIA.....	43
DIZIMAÇÃO DE ACERVOS.....	45
Perplexidades	48
À MARGEM DA ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA.....	49
DESCONSTRUINDO O DEPUTADO.....	51
PRIMEIRA INQUIRIÇÃO DO DEPUTADO NA CÂMARA.....	53
UM MILAGRE DE SANTA LUZIA (REVISTO).....	55
SOBRE PÓSTUMOS.....	56
NA BIENAL DO LIVRO.....	57
A CURVA.....	58
CERTOS LIVROS.....	59
HIGIENE.....	60
UM JORNALISTA.....	61
O ANIMAL DE FIM DE SEMANA.....	62
AINDA SOBRE LISTAS DE DISCUSSÃO.....	63
O TRATORISTA INSUBMISSO.....	64
O GOLPE.....	66
O GOLPE (OUTRA VERSÃO).....	67
ADENDO AO ELOGIO DO CRETINO.....	68
O ENTERRO DO POLÍTICO.....	71
PREGANDO AOS LEÕES.....	72
RESPOSTA AO LEITOR.....	74
PALINÓDIA.....	76
TENDO SIDO DADOS.....	77
CIRANDA DAS ARMAS MISTERIOSAS.....	78
PREGÃO DA CABEÇA.....	79
O BARALHO DO PRESIDENTE.....	80
O REBOLADO DE COLIN POWELL.....	81
PAZ AMERICANA (EM ÉPOCA DE ELEIÇÃO).....	85
AUTO-APRESENTAÇÃO.....	86

Advertência

Este livro é, sem o querer ser totalmente, uma continuação de *Póstumos – Escritos sobre literatura e cultura*, daí o título que leva. As crônicas e os poemas aqui reunidos foram publicados em minha *home-page* na Internet ao longo dos anos de 2004 e 2005. Trata-se, em geral, do que se poderia chamar de escritos de ocasião, surgidos no calor da hora, com os riscos de sucesso e de fracasso implicados – conforme o demonstram os poemas compostos no rastro da invasão do Iraque pelos EUA em 2003, estranhamente atuais e, ao mesmo tempo, anacrônicos, dados os rumos que os acontecimentos seguiram desde então (como, por exemplo, a re-eleição de George W. Bush, cuja possibilidade a referida invasão parecia prevenir). Tomo a iniciativa de reuni-los num volume visando, principalmente, à comodidade e à facilidade de acesso que isso trará para quem possa se interessar por eles, caso tenham de fato qualquer interesse.

Hesito em chamá-los de textos de protesto ou de intervenção, por acreditar que não sejam nem uma coisa nem outra. De certo modo, estou a cada dia mais convencido da inutilidade da assim chamada literatura de “participação”, embora continue a me dedicar a ela, e não sei se pelo hábito do exercício ou se por quaisquer razões que deveriam incluir também uma boa dose de auto-ilusão e de ingenuidade. Tomara os anos venham a confirmar que são qualquer coisa a mais do que um mero desvio (ou descanso) da prática – tão pouco frutífera em si própria – do que deveria ser a literatura propriamente dita.

O ETERNO RECOMEÇO DA CRÍTICA

Parece ser de domínio público a ideia de que, para dizer coisas difíceis, se deve usar uma linguagem difícil. A ninguém ocorreria pensar, por exemplo, que o conceito de *quantum* ou a noção existencialista de *dasein* se acomodem facilmente em linguagem infantil. Com um pouco de esforço, talvez, pode ser até que o arranjassemos, dada também a noção concorrente, esposada por certos filósofos, de que tudo o que pode ser pensado pode ser dito de alguma maneira (supondo-se, evidentemente, que as noções de *quantum* e de *dasein* sejam pensáveis).

Entretanto, existe uma diferença entre empregar a linguagem e tomá-la como objeto de estudo. Deste ponto de vista, é possível supor que a linguagem infantil se tornará, ela mesma, suficientemente complexa quando tentarmos explicá-la numa linguagem qualquer ou convertê-la em “objeto” de linguagem. Um pensador menos perseverante se sentiria tentado a parar neste ponto, concluindo que boa linguagem é aquela que não precisa ser explicada por nenhuma outra e que se deixa compreender sem o auxílio de traduções. Mas, no domínio das *coisas* (e a própria linguagem das crianças se converte numa “coisa” quando precisamos explicá-la e, não, simplesmente usá-la para falar), não podemos fugir à necessidade de explicar. Quem nunca terá vivido aquela experiência simples de ter de dar orientações de trânsito a alguém, valendo-se de expressões como “vire à direita” ou “siga em frente até...”, que, em certas situações, diante da profusão labiríntica de ruas de uma grande cidade, parecem surgir como as mais inoperantes do mundo? De qualquer maneira, ainda poderíamos dizer que, sempre, é mais fácil fazer alguém chegar ao hospital no outro extremo do bairro (desde que saibamos o caminho) do que fazê-lo penetrar, com espírito lúcido, nas complexidades do mundo sub-atômico. (Mas isso é, suspeitamos, apenas outro preconceito, favorável à física em detrimento da vida cotidiana, que talvez não fosse compartilhado por um cachorro ou por um cavalo, se se encontrassem na mesma situação.)

Lembramo-nos de uma não muito antiga polêmica, que frequentou por algum tempo os jornais brasileiros, acerca da linguagem de certo livro de Gilles Deleuze traduzido para o português. Acusou-se o filósofo de abusar da linguagem difícil – e difícil não tanto porque fosse difícil o assunto tratado, mas, sobretudo, porque, difícil por si mesma, impunha dificuldades voluntárias ao que já era difícil o suficiente. A julgar pela polêmica, pensaríamos que o jornalista que acusou Deleuze de obscuridade estaria a esperar do filósofo a conhecida façanha de verter um assunto intrincado em linguagem escorreita. De um lado estaria o tema – vasto, alambicado e repleto de meandros – e do outro a suposição de que, por mais abstruso, conteria qualquer coisa de racional, a qual, uma vez compreendida, fundamentaria a suposição de sua inteligibilidade. E haveria também, pairando no ar, a pressuposição de que, sendo a linguagem um instrumento manejável e bastante adaptável a qualquer situação, e dada a inteligibilidade do tema (por mais obscura), se poderia então convertê-lo em palavras. A polêmica adviria da constatação de que, reconhecida a complexidade do tema, a linguagem do filósofo a teria acompanhado. E outra vez nosso pensador poderia perguntar-se: mas como é que ficou provada a dificuldade do assunto? Não seria a dificuldade uma mera consequência de se empregar as palavras de modo inadequado? Um observador

externo teria dito que tanto a noção de que os objetos complexos podem ser descritos numa linguagem corriqueira quanto a de que a complexidade dos temas deve ser acompanhada pela equivalente complexidade da linguagem que os descreve nada mais são que preconceitos. E que o melhor é não empregar palavras rebuscadas em circunstância alguma, porque simplesmente não vale a pena empregá-las. E concluiria que o fato de elaborarmos a descrição de temas complexos numa linguagem complexa não comprova nenhuma vantagem de nossa parte, desde que mais cedo ou mais tarde teremos de retornar ao linguajar comum, que é aquele em que permanecemos por mais tempo do que nas estratosferas da complexidade.

No que diz respeito aos livros da assim dita literatura e à crítica em particular, existe uma agravante, que vem do fato de que toda tentativa de explicá-los tem qualquer coisa de uma subestimação. É como se disséssemos ao autor explicado que o que ele disse em seu livro não pode ser dito de modo conveniente ou, pelo menos, não pode ser dito da maneira como o disse, precisando portanto de adendos e esclarecimentos. Muitos escritores se sentem incomodados com isso, e os mais conscienciosos, para se manterem em paz com sua consciência, tendem a passar o incômodo por alto ou a não lhe dar mais que uma atenção moderada. Os críticos modestos (modéstia que a cada dia nos convence menos), numa tentativa que não deixa de ser conciliatória, costumam admitir que o que fazem é apenas acessório e que suas intenções são as melhores possíveis. Argumentam, em favor da concórdia, que tudo o que querem é prestar serviço ao leitor, encurtando-lhe um caminho que de outra forma seria penoso. Com efeito, certos livros estão mesmo a exigir tal serviço. Quem poderia, atualmente, ler a *Divina comédia* ou *Os lusíadas* sem recorrer às incontáveis notas de rodapé e aos apartes que comumente acompanham as edições desses livros? Mas se pode argumentar que escrever notas de rodapé não é exatamente fazer crítica literária, isto é, não é fazer aquela crítica que acarreta reconhecimento para quem a pratica. Ou que, se a atividade dos críticos se reduzisse a isso, o mundo se tornaria mais simples; ou, pelo menos, o volume de páginas impressas todos os dias, seja em livros, jornais ou revistas, se reduziria consideravelmente. A atividade dos críticos, não se restringindo à mera explicação erudita de textos, ou à elaboração de notas esclarecedoras, deve ter, pois, outras implicações, que provavelmente recobrem uma intenção secreta de exercer no teatro dos livros um papel mais proeminente que o de simples coadjuvantes. Os críticos querem, de algum modo, mostrar que participam do espetáculo, o que faz pensar que a crítica seja – tal como se pensou da linguagem de Deleuze em relação a seus temas – não só um modo de tornar inteligíveis os assuntos tratados, mas também de se *incorporar* a eles, numa fusão cujo sentido talvez jamais se desvende.

Todo leitor que apanha um livro numa estante e o abre na primeira página – satisfeita a condição de que conheça a língua em que está escrito – pressupõe, inconscientemente, a sua inteligibilidade. Ressalvados os livros de conteúdo técnico ou científico, que exigem de quem lê algum conhecimento prévio do assunto, os livros de “literatura” – incluindo-se os romances e os livros de poesias – são postulados como compreensíveis a qualquer leitor que não disponha de um conhecimento especializado de seus assuntos. (E quem levaria a sério um leitor que se recusasse a ler romances ou poesias por não ter estudado a crítica e a teoria literária?) Não é à toa, portanto, que costumam ser classificados nas livrarias entre as obras de *interesse geral*: supõe-se, simplesmente, que sejam acessíveis a todos

os leitores cuja idade não seja baixa demais para que se iniciem na leitura. Mas o que é a grandeza e a universalidade? Como se pode medir o interesse de um livro, calculando sua exata posição na vasta estante do leitor comum? Por um instante, tenderíamos a associá-las à noção de importância. E, no entanto, quem pensaria em colocar, no mesmo nível de interesse, a *Odisséia* de Homero (que todos leem) e, digamos, os livros de Copérnico ou de Newton (que só os especialistas leem)? Sabemos a importância *real* desses autores, mas aqui é como se imaginássemos que o universal não dissesse respeito tanto à posição da Terra no Sistema Solar ou à lei da gravitação, mas às façanhas de Ulisses entre criaturas lendárias, ditas com arte inigualável – o que mostra, pelo menos, conforme supunha um filósofo, que ainda vivemos numa época “literária”.

Se pensarmos em alguns dos melhores livros que já lemos, poucos de nós concordaríamos com a noção de que o leitor comum seja o leitor universal. À parte a questão das idades (e não obstante o fato de que, se fôssemos convocados a expor nosso conceito de grandes livros, pensaríamos exatamente nos livros da literatura, mesmo que não os tivéssemos lido), uma espécie de defasagem ocorre quando calculamos a distância que vai, hoje em dia, da ideia de que sejam livros de interesse comum à capacidade de compreendê-los do leitor comum. Assim, quanto à ideia de que os grandes livros não cumpram hoje, adequadamente, sua missão, que é a de serem universais e, com isso, acessíveis a todos os leitores, certamente advirá dela não só o impulso que põe a crítica em movimento, mas, também, o vasto frêmito que a perpassa e lhe dá a vitalidade que todos conhecemos. Insatisfeitos com as aparências ou certos de que aquilo que torna os livros universais é função de uma qualidade que ainda não se descreveu totalmente, lançamo-nos à crítica, na esperança de que seremos nós os primeiros a descrevê-la. E criamos não só uma formidável bateria de noções e conceitos como também o correspondente número de termos especiais para designá-los, que daria ao leigo (ou a quem nunca dedicou mais do que quinze minutos de reflexão ao assunto) a impressão de que, finalmente, a crítica literária chegou lá. E de onde surgem os conceitos e termos, para não falar da função que exercem? A resposta mais grosseira seria: surgem da tentativa de explicar com exatidão aquilo que os grandes livros querem dizer. A outra resposta, mais específica, seria: surgem da tentativa de mostrar o modo como os grandes livros são escritos, ou o modo como se deve entendê-los ou, ainda, o que se pode depreender deles, na eventualidade de que realmente queiram dizer alguma coisa. Só não se pode ficar indiferente, já que, dada a incontestável importância da questão, mereceria a tacha de leviano quem a considerasse meramente bizantina ou destituída de sentido.

Mas o fato de que a crítica literária – que antigamente era uma atividade erudita, exercida por indivíduos circunspectos – tenha desenvolvido conceitos especializados para tratar de imponderabilidades tais como a da poesia ou dos efeitos de estilo é motivo para grande admiração. Quem precisar de uma prova pode abrir qualquer revista dedicada ao assunto, como as que as universidades publicam, e saberá do que estamos falando. A questão será, sempre, neste caso, descobrir o motivo pelo qual devemos considerar as obscuridades da crítica como melhores ou mais esclarecedoras do que as dos livros tratados. Será, também, entender o modo como livros que até ontem nos pareciam claros, “legíveis” no mais amplo sentido da palavra – como as *Memórias póstumas de Brás Cubas* ou *São Bernardo* –, podem dar origem a escritos tão complexos, obscuros e não raro impenetráveis como os

que encontramos nas revistas. Termos como “intertextualidade”, “dialogismo” e “metalinguagem” (para ficarmos nos mais claros) nos tornam melhores e mais perspicazes como leitores de romances ou apenas nos propõem novos quebra-cabeças para decifrar? Com efeito, pode ser que o crítico ou o aspirante a crítico se sintam mais seguros, depois que aprenderam a manejá-los. Não se trata apenas de dominar a linguagem dos professores. Em tempo de profissionalização e de conversão de todos os ramos do saber em especialidades eruditas, parece ser grande a urgência de que também nos recessos da crítica se demarque um território. E que o façamos por meio de termos, conceitos e códigos que nenhum escritor se atreveria a empregar em sua própria literatura sem o risco do ridículo demonstra que não se trata só de entender livros, de falar sobre eles com adequação. Trata-se de estar um passo à frente deles (seja isso o que for), passo que dá a todos a impressão de que, não raro, as obras não se tornaram mais do que pretextos para o exercício de uma atividade em que os críticos se especializaram.

Se não se pode provar a ideia de que objetos complexos devem ser descritos em linguagem complexa, menos ainda lograríamos fazê-lo nos domínios da literatura. Nossa experiência com a leitura de poemas e romances tende, neste particular, e ao contrário do que gostaríamos de crer, a estacionar nos objetos, rejeitando como impróprias as tentativas de descrevê-los por meio de conceitos e noções que *não são eles* e que, ao que tudo indica, só os tangenciam por fora (se é que os tangenciam), tornando-se rudes como se tentássemos manusear as engrenagens de um relógio com uma chave inglesa. Como numa hipotética tentativa de descrever um espelho sem nunca ter visto um, só o que fazemos é fantasiar essa descrição, desde que não podemos provar que entre o poema descrito e a crítica que se escreve a seu respeito existem relações de necessidade. Mas é característico da crítica recomeçar nesse ponto, onde suas esperanças tomam corpo e seus sonhos adquirem asas. Paremos, porém, e não nos deixemos levar. Pensemos apenas que é característico dela avançar para novos começos, como se, indiferente ao círculo, realizasse aquele progresso que se postula em todas as áreas do saber e com o qual, também no universo da crítica, é necessário sonhar.

30-7-2003

MANIA DE CONCURSOS

A ideia de que todo bom escritor merece um prêmio não se deduz imediatamente de qualquer noção que tenhamos do que possa ser um bom escritor. Entretanto o simples fato de que a levemos a sério ou de que a tomemos em consideração indica que todo aquele que já leu algum livro sente, mais ou menos obscuramente, a necessidade de fazer *alguma coisa* pelos escritores. Ir a uma livraria e comprar os livros desses escritores nem sempre é a primeira providência que vem à cabeça dos bem-intencionados. Antes, é mais provável que se proponham soluções alternativas, tais como ir a um jornal e fazer publicar um artigo acerca de um livro lido (o que é uma grande ajuda, se considerarmos as dificuldades que os escritores encontram para fazer propaganda de seu negócio), ou dar um prêmio a um autor encarecido. E os prêmios favorecem de fato os escritores? Provavelmente favorecerão os favorecidos, mas, dada a enorme desproporção que existe entre o número dos eleitos e a grande massa dos desafortunados que ainda andam por aí a depender de boa vontade (para não falarmos dessas obscuras campanhas ocasionais para salvar a literatura, promovidas por entidades que, frequentemente, ficam a precisar elas mesmas de campanhas de salvação), deixarão de fora um vasto contingente. Neste caso, é como se, por uma imprecisa matemática mental, supuséssemos que, ajudando a salvar da miséria um número qualquer de exemplares, estivéssemos ajudando a salvar toda a espécie. E, como tal pensamento, válido nos domínios da feitiçaria, deve ser válido também nos domínios da literatura, assim nossas consciências ficam tranquilas

As dificuldades começam, evidentemente, na hora de escolher os que devem ser agraciados. É claro que não queremos fazê-lo por mero acaso ou por sorteio, desde que isso implicaria não só um desprestígio da atividade e do talento que desejamos honrar, mas também do próprio prêmio a conceder. Prefere-se dar o prêmio àqueles que, de um modo ou de outro, não contribuirão para denegrir a reputação de quem o dá. Ao mesmo tempo, é preciso que o prêmio seja um bem *desejável*, podendo muitas vezes não se tratar senão de uma preciosidade simbólica. Isto quer dizer não só que os prêmios não precisam acarretar riqueza para quem os recebe (opção que seria a mais adequada), mas devem trazer um acréscimo de renome. Quando o prêmio não se corporifica numa boa quantia em dinheiro, esperamos pelo menos que se converta em fama – bem que facilmente se pode metamorfosear depois em papel moeda. Um exemplo, fora do campo da literatura (mas perfeitamente aplicável ao caso), é a tradicional concessão do prêmio Oscar pela Academia de Cinema de Hollywood a filmes realizados no ano anterior ao da premiação: prêmio que nunca é dado em dinheiro aos contemplados (uma atitude que, diga-se de passagem, se não depõe contra a honra da academia, não deixa de depor contra a sua generosidade), mas que todo mundo cobiça. E por que se cobiça tal prêmio? Com efeito, trata-se apenas de um objeto, sem valor em si mesmo, mas que virá acompanhado por tudo aquilo que implica, ou seja, prestígio, propaganda e a conseqüente conversão de ambos em futuros valores pecuniários.

Mas o exemplo norte-americano, além de não se referir imediatamente à realidade menos esfuziante dos livros, não é de todo adequado à literatura, até porque, depois de anos de premiações que não se cansaram de decepcionar até o

menos exigente dos espectadores, ninguém mais o tem levado a sério. No âmbito da literatura, de onde se espera extrair um potencial de dignidade do qual acabamos por dispensar os outros setores da cultura, as exigências são mais severas. Não só desejamos que todos os prêmios dados aos escritores sejam honrarias efetivas (qualquer que seja o seu círculo de abrangência, não importando se se trata apenas de um concurso de poesias escolares ou de um certame de teses promovido pela Academia Brasileira de Letras), como – ao contrário do que acontece no cinema, onde se concedem prêmios a filmes que, sem representarem perigo para a arte cinematográfica, só nos chamam a atenção porque receberam tais prêmios, sendo depois esquecidos por todos – queremos crer que eles sejam merecedores dessas honrarias. E, ao contrário do que se diz à boca miúda – que uma forma de desacreditar um escritor ou de lançar sua obra no olvido é conceder-lhe certos prêmios –, o fato é que insistimos em crer que alguma coisa de *séria* aconteceu ali. Assim, se todos estão certos de que as academias de cinema – com a de Hollywood à frente – concedem honrarias por razões que nada têm a ver com as noções ordinárias de qualidade ou de importância, é difícil supor que se deem prêmios aos escritores por essas mesmas razões. Imaginamos, antes, que princípios mais elevados estejam em vigência, pelo menos nos casos em que não haja dinheiro envolvido. Afinal, quem seria ingênuo a ponto de acreditar que os poetas recebem prêmios pelas mesmas razões, digamos, por que se concedeu uma estatueta dourada ao *Titanic*?

Quem dá um prêmio espera reciprocidade, isto é, que o agraciado venha um dia ajudar a aumentar o renome de quem o agraciou. Alguns equívocos às vezes acontecem, e se premia não tanto a quem não o mereceu, mas a alguém cuja obra jamais renderá (estamos falando de renome) qualquer dividendo para aquele que a premiou. Muitos, para evitar esse risco, acabam optando – como se costuma fazer em Estocolmo, com o Nobel – por conceder a honraria a quem não precisa dela, por dispor de seu próprio cabedal. Neste último caso, se poderia alegar (pelo menos em Estocolmo) que há tantos nomes dignos de glória e que a oferta de candidatos está de tal maneira inflacionada, que o melhor é fazer escolhas programadas, na esperança de que venham a satisfazer o mais amplo leque de gostos possível (o que, com certeza, acabará não acontecendo, na maioria das vezes). Além do mais, a recusa em se conceder um prêmio a certos nomes que mais tarde parecerão, sozinhos, tê-lo merecido mais do que todos os que o receberam antes deles é, até certo ponto, uma forma de honrá-los sutilmente, contribuindo para a sua superveniente fama de incompreendidos. Quem, neste particular, não tem na ponta da língua um caso de injustiça a mencionar? Mas os representantes das academias não dispõem da onipotência divina, que concede talento a tantos, sem se preocupar em premiar nenhum deles. Antes, dispendo apenas do poder de premiar, sem poder conceder talento a ninguém, têm de se contentar em fazer o melhor que podem. E o melhor que podem é esta resposta humana a certas contingências de que as academias são só uma pequena manifestação concreta: dar uma recompensa a quem a mereceu.

Pode ser que vá, na ideia da honraria, a pressuposição inconsciente de que os escritores prestam serviços à cultura – serviços pelos quais se lhes deve pagar. Os prêmios são, por assim dizer, a forma mais imediata de se conceder alguma coisa a eles, já que de outro modo não há muito que fazer. Porém uma forma alternativa de fazer isso – igualmente inofensiva e igualmente benéfica para as

consciências – é a realização de concursos, nos quais se exercita não somente a ideia de que os mais dignos serão recompensados, quanto a ideia de que existe uma razão para recompensar. Quanto a isso, pode ser que se queira perguntar pelo que os concursos recompensam afinal, e a resposta será que recompensam não tanto uma boa ação praticada em favor da cultura quanto a simples possibilidade de se praticar essa ação. Por outras palavras, se não se pode dizer que os concursos, como os lauréis concedidos pelas academias, prestam reconhecimento aos bons escritores, mas só à ideia de que se pode vir a sê-lo (o que, às vezes, parece pouco provável, em se considerando os resultados de certos concursos), não se pode negar que sejam uma forma de retribuir o mérito. E de que mérito se trata senão daquele que se descobre no talento para escrever poesias, contos e romances de um modo que todos reconhecem como tais e que, portanto, suscitam em nós o pensamento do mérito? E existe algum mérito em se escrever poesia, conto e romance? Provavelmente, esse mérito estará, em nossos dias, bastante empalidecido, ao ponto de os concursos começarem a nos parecer um costume antiquado, próprio dos gregos antigos e impróprio de homens que vivem na era dos computadores e das naves espaciais. Mas esse aspecto não reduz a importância de se dar à literatura alguma coisa que ela merece ou de honrá-la como uma atividade de que a cultura não pode prescindir.

Se os concursos, tal como os prêmios, reconhecem, por assim dizer, o fato de que existe uma literatura a recompensar, é preciso que *vejamos* essa literatura. Alguém poderia insistir na ideia de que são também – e talvez mais – um modo de reconhecer que tal literatura ainda não existe, embora exista na intenção, e que se encontra em demanda, sendo os concursos apenas o anúncio de seu advento. Não importa. Os antigos os praticavam abundantemente, e isso parece ter contribuído para enriquecer o patrimônio de cultura que nos legaram, a menos que se pense que os esforços de Aristóteles para teorizar sobre os modos mais prováveis de vencer esses concursos constituam, eles mesmos, provas de que as coisas não iam tão bem em sua época. Os concursos estimulam a produção? Fazem com que se tenha vontade de escrever? É o argumento atual em seu favor: eles criam, supomos, na mentalidade juvenil (mas também em outras mentalidades), a ilusão de que existe uma tarefa a cumprir e que o mundo está à espera daquele que a cumprirá, aguardando-o com uma boa (ou má) quantia nos bolsos e um diploma na mão para laureá-lo assim que o fizer.

Numa sociedade de competidores, ganhar prêmios e concursos indica que acertamos o caminho. Ao quantificar a literatura, eles mostram que ainda existe alguma coisa a fazer e que alguém a está fazendo, de uma forma ou de outra. Quem nunca terá pensado, ao ouvir pela televisão a notícia de que fulano recebeu o Nobel, que a obra de fulano vale aqueles milhares de dólares que lhe foram dados por ela? Devemos ter inveja dos vencedores? Como nos compêndios de moral antiga, só devemos invejar aquilo que é digno, as honras da arte incluídas. E, se a poesia e as outras artes da palavra aceitam que as convertamos em objeto de disputas, então que nos arrojemos a elas. Tornemo-nos também realizadores de proezas.

10/11-8-2003

TITANIC II

Quem se der ao trabalho de consultar um mapa do Brasil e examinar as imediações do encontro entre o paralelo 21 e o meridiano 43 descobrirá uma localidade chamada Barroso. Desde que os mapas retratam as coisas de muito longe, esse observador só verá um pontinho ou um diminuto círculo no papel. Se tivesse a oportunidade de olhar mais de perto, veria que a cidade não é tão pequena quanto, pelo mapa, seria levado a acreditar. Melhor ainda: se tivesse a oportunidade de transitar pela rodovia e entrar por um dos trevos que dão acesso à cidade, talvez chegasse – atravessando um curto labirinto de ruas – a uma praça onde se vê uma estátua do Marechal Castelo Branco, provavelmente uma das únicas que existirão no Brasil. Essa praça tem a forma de um triângulo, e em seu centro há um círculo exato de concreto, com um tanque de água. Se esse turista ocasional tivesse a sorte de atravessar a praça e sair por uma das ruas que tangenciam o vértice mais alto e o vértice mais baixo do triângulo (desde que os planos em que se situam os três ângulos não estão nivelados no espaço), pode ser que chegasse a uma certa ponte, não muito longe da praça, próximo à qual existe uma espécie de cais de concreto. O cais se debruça sobre o rio, cujas águas são irremediavelmente lodosas e escuras. Junto ao cais poderá encontrar, amarrada a um mourão e ondulando ao sabor da corrente, uma canoa de madeira cujo casco está pintado, a estibordo, com a inscrição *Titanic II*. Não há muito que ver, pois a canoa é pequena, e a palavra, com o numeral, está gravada em letras miúdas. O nome, porém sugere grandes coisas.

Do mesmo modo, haverá quem já tenha visto pela televisão determinado comercial de automóvel em que um homem bem vestido, ao sair de uma festa, se depara na rua com uma bela atriz de tevê. A atriz se encontra parada junto ao carro, segurando as chaves, e, salvo engano, convida o sujeito para dar uma volta. A situação parece ser demais para esse homem, que mal pode acreditar em semelhante conjunção de circunstâncias – a bela atriz e o belo carro a se oferecerem ali ao seu desfrute, como uma escada ao pé de uma jabuticabeira pejada. A situação não é comum, mas o gesto que o homem faz (embora talvez ninguém nunca o tenha feito na vida real) é um lugar-comum de certos filmes do cinema: ele aplica um beliscão no próprio braço, na eventualidade de estar sonhando ou de estar sendo vítima de uma miragem. E o que acontece em seguida é menos comum ainda, pois o automóvel desaparece inteiramente no ar, como num passe de mágica, ficando apenas a mulher e, ao homem, a oportunidade de compartilhar com ela um olhar de frustração, além da declaração, desolada, de que aquilo tinha mesmo de ser um sonho.

Esses dois casos, que poderiam sugerir megalomania da parte do canoeiro e dos fabricantes de carros, não deveriam nos surpreender nos dias de hoje. Estamos tão acostumados à hipérbole, que o fato de que alguém tenha batizado uma canoa com o nome do malgrado transatlântico (uma brincadeira espirituosa) ou de que os fabricantes considerem o seu produto tão desejável a ponto de julgarem um privilégio (de sonho) a possibilidade de entrar nele e dirigi-lo nos lembra que vivemos numa época de exageros. Mas não se trata, em ambas as situações, só de hipérbolos no sentido clássico do termo. Antes, tanto do lado do pescador quanto dos fabricantes de automóveis, o que se observa é, por assim dizer, uma tendência

a atrair a vantagem para si mesmos; ou, melhor, a reconhecer-se (sem provas, evidentemente) como possuidores ou dispensadores de um cabedal de vantagens que a realidade provavelmente não confirma. O outro termo para isso seria o *blefe*. A palavra, porém, poderia ser demasiada aqui, pois não se trata de admitir nada que a realidade não possa *em seguida* autenticar. Para sermos justos com o canoeiro, pelo menos, poderíamos pensar que o ato de chamar a canoa de *Titanic* contém uma gota de humor que, viesse dos fabricantes de automóveis, seria apenas uma presunção ou uma piada de mau gosto. Além do mais, a hipérbole dessa denominação remete a certos erros de perspectiva, a certas contingências do humano que – juntando-nos a esse irônico canoeiro – só teríamos a lamentar, o mesmo não se podendo dizer dos fabricantes de carros. Quando menos, a hipérbole nos nos faz sentir a desproporção, alertando-nos para a possibilidade de que venhamos a confundir a realidade com sua efígie ou com o seu simulacro. Já os fabricantes de carros apenas nos dizem que blefaram, colocando-nos alerta não tanto contra o perigo da confusão, mas contra a suspeita do blefe. Isso não nos leva a simpatizar com o canoeiro?

Mera propaganda de si mesmos, em ambos os casos – diria alguém mais rigoroso. Pode-se acreditar que o seja, embora não se veja bem em que nos interessaria, do ponto de vista mercantil, uma velha canoa carcomida (que, aliás, não está à venda). Outros *Titanics*, no entanto, se oferecem com mais sedução, não estando longe de o serem os automóveis de última tecnologia. Ao se oferecerem, eles se impõem à atenção, como pessoas que se ataviassem demais para serem notadas numa festa. Devemos levá-los a sério ou devemos tratá-los com o mesmo senso de piada com que trataríamos, digamos, o canoeiro, como se neles estivesse pintada uma denominação hiperbólica? Nosso tempo nos acostumou à propaganda e, desde que nos acostumou, pouca coisa nos espanta. Além do mais, é possível que assistamos a cada dia a um aumento na altura e na intensidade do apelo, bem como a uma aceleração na frequência com que nos é dirigido. E, uma vez que nossos ouvidos se revelam a cada dia mais resistentes às altas frequências (para não dizer: mais insensíveis a frequências que, de tão altas, já não os comovem como antes), não há outro recurso que intensificar. Justifica-se a necessidade da hipérbole: que efeito pode ter sobre nós a inscrição no casco da canoa senão nos fazer recordá-la depois, mesmo que para constatarmos que a coisa orçou pelo exagero? Mas o mesmo não se diria da propaganda. Antes: de tanto abusar das construções hiperbólicas, é provável que se ande por aí a perder o senso das dimensões, fato que se pode muito bem constatar assistindo-se a comerciais de refrigerantes ou de cerveja na televisão. Instalou-se o mundo dos exageros, tal como a moda se instalou o mundo da beleza compulsória? Numa época em que é tão fácil afundar (no anonimato), parece justo que todos apelem para esses meios, e que as tartarugas joguem futebol, e que os peixes saltem do mar para dentro de copos de bebida. Em tudo, pressupõe-se uma indiferença que é preciso demolir a marteladas.

E está restrito à propaganda o emprego do blefe como estratégia de venda? Provavelmente, até nos setores dos quais se esperaria certo comedimento se têm detectado, atualmente, concessões dessa monta: médicos que fazem comerciais de si próprios ou de remédios, escolas que vão a público para alardear os altos padrões de seu ensino, e marcas de sabões que lavam imensos lençóis brancos sobre os quais uma multidão de crianças exercitou sua arte. Até mesmo as donas de casa saíram da apatia: se antes eram o alvo preferido da publicidade, hoje correm a

campo para demonstrar, de uma vez por todas, que tais e tais produtos, tais e tais aparelhos fizeram delas campeãs de eficiência, se é que não as tornaram a própria eficiência. Desde que a vantagem está *do lado de quem fala* – e desde que a hipérbole, a cada dia, perde forças numa medida proporcional à frequência com que é empregada, exigindo que se recorra a exageros cada vez maiores –, não estará distante o dia em que até os doentes sairão pelo mundo a se gabar de suas doenças, como se doenças, no âmbito da estrita normalidade, pudessem implicar uma vantagem negativa para quem as possui. A propaganda, instalada no seio da vida, nos faz viver do possível, do virtual, ao mesmo tempo em que, afirmando que certas hipóteses se tornarão realidades no momento em que forem devidamente exageradas (e em muitos casos antecipando para nós a experimentação dessas hipóteses), tenta convencer-se (e a nós todos) de que isso é um *fato* – o que daria, no fim, um mundo perfeito, nítido e funcional.

Mas é fato também que, além de não estar à venda, a canoa *Titanic II* não é oferecida a toda hora e em qualquer lugar, como uma mercadoria viável, ao primeiro que lhe ponha os olhos em cima. O mesmo, por certo, não se dirá de outros objetos, que parecem perseguir-nos não só como realidades palpáveis – seja na forma de automóveis ou de rótulos de garrafas –, mas sobretudo como imagens, como se de uma hora para a outra uma espécie de distúrbio obsessivo nos acometesse. Ou não seria adequado pensar que a propaganda incentiva, no mundo atual, certos padrões de comportamento paranoico, semelhantes àqueles que descobrimos nos sonhos? Vibrando numa frequência elevada, ela nos põe a vibrar também, até que percamos a cabeça. Ou até que, no extremo, percamos a sensibilidade e afundemos na apatia, incapazes de vibrar a não ser que redobradas, sempre mais intensas, cargas de eletricidade nos atinjam e nos ponham de novo em movimento.

Só de uma vantagem a canoa – com sua denominação curiosa – não precisa se gabar, se comparada ao *Titanic* real, pois que se patenteia por si mesma: é que, navegando por águas conhecidas, provavelmente nunca afundou.

CAÇA AO MISTÉRIO

Já faz algum tempo que o velhinho apareceu na televisão, prometendo pagar um milhão de dólares redondos a quem lhe apresentasse – ao vivo e em cores, como se diz vulgarmente – um evento, considerado “sobrenatural”, que ele, o velhinho, não viesse a desmascarar como pertencendo à ordem do ilusionismo ou da charlatanaria. Ou, pelo menos, que ele não conseguisse descrever como se tratando de um evento “natural”, o qual, tomado pelos crédulos como sendo extranatural, ele de pronto não devolvesse à ordem natural, a que todas as coisas devem pertencer. Como terminou o episódio? Houve por certo alguém – um brasileiro, segundo consta – que ameaçou fazer-lhe demonstrações legítimas de habilidades parapsicológicas, coisa perfeitamente natural, em se tratando de ganhar um milhão de dólares, que qualquer um se aventuraria a tentar, mas que parece o brasileiro desistiu de fazer.

Se o velhinho tinha de fato esse milhão para esbanjar assim, apenas pelo prazer de deixar claro, de uma vez por todas, para quem ainda suspeita da idoneidade da natureza, que esses eventos não existem, é questão que se pode discutir (seria interessante apostar na possibilidade de que o velhinho tivesse mesmo esse dinheiro). Provavelmente o teria, pois também é difícil crer que sua confiança (no natural) chegasse ao extremo de arriscar sua reputação, ou seu bom nome como desmascarador de fantasmas, fazendo promessas que não poderia cumprir. A conclusão do episódio? Perdeu-se de vista. Sumiu, por assim dizer, do foco da imprensa, tal como somem tantos assuntos ou tal como sumiria um fantasma que apenas uns poucos tivessem visto e que, depois de desaparecido, não houvesse quem fizesse reaparecer. O que sobrou foi, como sempre, a dúvida acerca da possibilidade *real* desses eventos: intacta e tão antiga quanto a própria descrença a seu respeito – para não dizermos: resistente até (acreditamos) a uma recompensa que não seria das mais desprezíveis. Quanto ao velhinho?

Outro que aparecia na televisão a exibir capacidades excepcionais de desmascarar a fraude era um padre – chamado Quevedo, se não me engano –, que não tinha um milhão de dólares para oferecer, mas que desafiava qualquer um a lhe provar a existência do antinatural. Crentes absolutos do natural, o padre e o velhinho saíram a campo para defender suas convicções. Como o velhinho, o padre Quevedo era arguto. Não só tinha adquirido grande habilidade em desmontar truques como também em praticá-los, o que fazia na frente de qualquer um, só para deixar claro que não se tratava de nada que não se pudesse explicar segundo as leis da física e da química e de acordo com os mais verossímeis preceitos da lógica. Nada de matemáticas experimentais. E nada de uma sobrefísica ou de uma sobrequímica que, insistentemente desacreditada, insistisse o tempo todo em retornar, como se o lançá-la pela janela e o retornar depois, pela porta dos fundos, fizesse parte de seu modo de ser. Queria o *fato*, o *fenômeno*, descrito segundo as regras da razão e sem as intromissões do imprevisto, que sempre atrapalham quando se quer descrever alguma coisa segundo as regras da razão.

Se, conforme disse Schopenhauer, o maior dos descrentes é o próprio papa (uma injustiça, admitamos), esse padre provavelmente sentiria uma necessidade grande não tanto de mostrar que o mundo, tendo recebido de Deus desde o início

uma determinada conformação, não haveria por que desconfiar dela, passando a crer em possibilidades de eventos que fugiriam a essa conformação. Mas isso não é tudo. Poderíamos suspeitar de que eles mesmos – o padre e o velhinho –, mais do que quaisquer outros, tivessem necessidade de algum dia dar com o nariz em algum evento que desmentisse suas convicções, provando que estavam errados e que existe efetivamente o sobrenatural. As pessoas comuns não chegam a tanto. Contentam-se, tal como se contentam em crer que um dia poderão se tornar milionárias apostando alguns centavos numa loteria, em acreditar que “tudo é incerto e vário”, como disse Fernando Pessoa, e que, provada ou não a existência dos fantasmas, o resto continuará como tal, pois nem todos terão acesso a essas provas e nem todos se deixarão convencer por elas. (Há sempre coisas mais importantes a fazer do que se deixar desiludir por meia dúzia de cientistas fanáticos.)

Pode-se também pensar que, no caso do padre, alguma coisa a mais esteja implicada. Pensemos, por exemplo, na reputação de sua própria Igreja, a qual durante tantos séculos penhorou o seu prestígio na admissão de milagres que lhe permitiram constituir um panteão de santos que nunca parou de crescer. Imaginem! A função do padre seria “passar a limpo” o incessante aflorar de “casos” que, todos os dias, vêm a público para depor em favor da memória de mortos que muito bem mereceriam a honra do altar. Então que se chame lá o inquisidor, para atestar a veracidade ou a falsidade das alegações, e que a Igreja não seja enganada e saia por aí elevando aos céus criaturas cujo prestígio se fundamentou num engodo. Explica-se a preocupação do padre: descrente de tudo a não ser da realidade, que – ela mesma assombrosa – já não precisa de ninguém que lhe venha apensar mais espantos, não havia por que não sair pelo mundo provando que, fora do campo do verdadeiro, não existe nada senão o improvável.

Hoje em dia, segundo consta, até velhas práticas veneráveis – como a da medicina caseira ou da homeopatia –, acreditadas por todos e antigas de centenas, senão milhares de anos, estão sob suspeita. E vem de novo alguém à televisão oferecer recompensa em dinheiro para quem prove, a partir de evidências científicas, que a homeopatia tem de fato efeitos medicinais. Nesse aspecto, os únicos, suponho, que ainda não desistiram de suas crenças são os chamados ufólogos, que não se cansam de percorrer o mundo não tanto em busca de provas *contra* a suposição de que os discos voadores sobrevoam a Terra, mas de evidências a favor dessa suspeita – bastante simpática por sinal e (por que não?) bastante consoladora para aqueles que, como nós mesmos, continuam a se sentir solitários neste universo vasto, de cuja infinitude poderia muito bem, algum dia, saltar alguma criatura que, montada numa nave espacial, viesse de longe para nos asseverar que, afinal, não estamos tão sozinhos nem somos os únicos que tivemos o privilégio de nascer e de olhar para o céu, perguntando pela existência de criaturas não tanto “inteligentes”, mas pelo menos tão vivas como nós.

Mas aqui se trata de uma esperança, e os discos voadores devem ser vistos com cautela ou tomados como eventos naturais, cientificamente explicáveis – ao contrário dos fantasmas ou dos fatos paranormais, que além de açularem nossa curiosidade, de quebra ainda põem a perder os pressupostos da ciência tão penosamente amealhados ao longo de milhares de anos de pesquisa e de sacrifícios incontáveis. Devemos colocar tudo a perder só porque alguns, retardatários da novidade, ainda insistem em pensar que estão na Idade Média ou que o mundo, afinal, não repousa sobre bases sólidas e estáveis?

Mistérios a vida os terá, se não for ela própria o maior deles. Porém, para esses exterminadores do oculto, não basta ser esse o *mistério* em si – e mais insolúvel do que qualquer outro que a charlatanaria ou a má fé (daqueles que querem nos fazer crer que a ordem do mundo não é tal qual a descrevem os sábios) nos venham impingir como tal. Não pagarão a ninguém para provar que se trata de um ou que estamos mergulhados nele até o pescoço. Se bem que, provavelmente, não o fizessem nem mesmo se, depois de mortos, seus fantasmas voltassem ao mundo para gritar a todos que não acreditemos neles – porque não se trata senão de uma fraude – e que em fraudes não se deve acreditar.

MILIONÁRIOS EM POTENCIAL

O projeto governamental de aumento da taxa de imposto cobrado sobre heranças recebidas não mereceu do público a devida atenção. Considerando-se que, sem ferir direitos constitucionais, fere ainda assim uma espécie de direito virtual que todos nos arrogamos à riqueza repentina, é de se estranhar, pelo menos, que as multidões – incluídos aí desde os filhos de nababos até o mais miserável dos mendigos – não tenham saído às ruas para protestar. Afinal, não vem esse projeto – com sua intenção mal disfarçada de engordar as finanças públicas – de encontro a um direito que todos temos de ficarmos ricos de repente, sem despendermos nisso mais do que um mínimo de forças necessário, aquele mínimo que se julgaria indispensável para transferirmos aos nossos bolsos um dinheiro que, num só instante, nos livraria para sempre de todos os problemas e preocupações decorrentes da miséria?

De certo modo, se algum incômodo o projeto causou (mesmo no espírito dos menos privilegiados), é porque, tangenciando uma área de nossas consciências que raramente nos dignamos visitar, nos fala disso que não ousamos mencionar. E não se trata aqui de entrar em considerações sociológicas acerca da questão, que nos escapariam enormemente. Trata-se apenas de pensar que, trazendo-nos o incômodo (e é o que leva tanta gente a defender o direito de propriedade, mesmo não tendo nenhuma propriedade a defender), para além da pobreza reinante, nos lembra que existe um imenso potencial de riqueza – ou um veio de riqueza latente – que de algum modo poderia ser nosso, mesmo que não tenhamos nenhum acesso a ele no momento. Eis o que nos diz o incômodo: que somos todos ricos em potencial e que, ao se propor um projeto que fere de certo modo não tanto a riqueza efetiva de cada um, mas um impreciso (e nem por isso menos efetivo) direito a ela, o projeto nos lesa em maior ou menor grau – em maior grau àqueles que são de fato lesados pela taxa onerosa e em menor grau àqueles que poderão vir a sê-lo algum dia, com o pleno direito que lhes cabe.

Não é preciso ir longe para invocar argumentos em favor do raciocínio. Basta ligar a televisão e encontraremos, no primeiro canal que sintonizarmos, um ou outro sujeito bem vestido a oferecer, por um preço realmente irrisório, a possibilidade de se adquirir, num lance em que bastará influir uma gota de sorte, uma fortuna qualquer. Vemo-los por lá, a torto e a direito, com seus sorrisos simpáticos, a alardear não só a ideia de que existe, escondido nos bolsos de alguém, algum tesouro pelo qual vale a pena pugnar, como também de que esse tesouro pode ser nosso, bastando para isso que nos movamos de nossas poltronas e saíamos em seu encalço. Os mais pessimistas se apressarão a dizer que o convite é falacioso, pois a única fortuna que aqui se disputa é aquela que os próprios dispensadores de fortunas angariam dispensando fortunas, isto é: que só a propaganda interessa. No entanto não poderíamos dizer, fazendo justiça a esses promotores de ilusões, que após tantos anos de serviços prestados à ambição coletiva com alguma coisa se lhes havia de pagar? Pelo menos, aceitemos com generosidade o fato de que, se os sujeitos que vão à televisão distribuir prêmios ou trombetear a incalculável prodigalidade da sorte não estão fazendo mais do que trombetear a sua própria boa sorte, muito enriquecendo com isso, então uma certa

contrapartida lhes deve ser retribuída. Essa contrapartida, no mínimo, mantém acesas nossas esperanças, assegurando-nos que sempre, no final, há alguma coisa a ganhar e que alguém a está ganhando (mesmo que não sejamos nós).

Se olharmos de perto para tais loterias e outras que o próprio governo (numa atitude sábia, diga-se de passagem) se encarrega de promover, veremos que ali está estampada, da maneira mais gritante, a noção de que *existe* fortuna, de que paira no ar uma esperança de fortuna e de que um dia poderemos agarrá-la (por mais exígua que se torne a cada dia a sua já bastante escavada cabeleira). Sentamo-nos à frente da tevê e lá nos vemos a nós mesmos, a participar daqueles certames de perguntas em que por um nada – pelo nome, digamos, do cavalo de Napoleão ou do último rei da Macedônia – um verdadeiro tesouro fluirá para os nossos bolsos. Quem nunca se viu alcandorado entre os eleitos, ou de pé, ou numa outra posição qualquer (quem sabe a deslizar sobre uma superfície ensaboada ou pendurado num helicóptero em pleno voo), a competir pelo que – a considerarmos a nossa capacidade ordinária de adquirirmos riqueza – levaríamos um par de séculos ou mais para açambarcar? Este é, por certo, um dos fatores que atraem nessas loterias de televisão: a noção de que participamos delas em espírito, baseados apenas em nosso direito nato de participarmos delas, e de que, não fosse a muralha do acaso (a qual, como o termo indica, se ergue onde quer e quando quer, interpondo-se entre nós e aquilo que nenhuma divindade decretou que não está em nosso poder alcançar), no dia seguinte estaríamos a viver como verdadeiros príncipes da Arábia.

A noção de que, numa centena de números, a probabilidade de ser sorteada uma sequência completa de seis casas (12, 13, 14, 15, 16 e 17, por exemplo) é tão remota quanto a de ser sorteado qualquer conjunto de seis números escolhidos aleatoriamente jamais fez ninguém desistir de apostar numa loteria. E o que mantém acesa uma esperança fundada em bases tão periclitantes é exatamente essa certeza de que, seja como for, somos também abençoados da sorte, não importando que quanto maior o número de abençoados mais dificuldades terá a sorte de socorrer a todos. Quanto a isso, não seria errôneo dizer que “nascemos” para a coisa e que basta o fato de termos nascido para que nos candidatemos à riqueza, que pode vir ou não vir, segundo designios insondáveis – mas o insondável não está em questão quando se pensa no quanto de certeza existe na convicção de que é desse modo que tudo se passa. Quando vamos a uma loteria e fazemos uma aposta, nenhuma dúvida existe de que está ali, naquele lance, corporificada numa sequência de números (que é sempre muito especial), a possibilidade de que o acaso se dobre, descreva um arco ou tome um outro caminho qualquer – como um inseto atarantado sobre uma superfície plana e branca. E por que não uma dobra favorável às nossas esperanças? Por que não uma dobra que, contradizendo tudo quanto a lógica insiste em sussurrar aos nossos ouvidos – essa velha dama cujo pior defeito é (com o perdão da palavra) insistir sempre em sua “mania” de sensatez e de bom senso –, coloque em nosso caminho um quilo de ouro ou coisa semelhante? Insensatos por natureza, vamos a campo exigir um direito – e esse direito é o de nos tornarmos ricos a não mais poder, nada tendo isso a ver com a ideia de que, nesse momento, nenhum caminho se abra e a sorte pareça um Everest inacessível de possibilidades em tumulto.

Porque nascemos ricos demais é que gostamos de folhear revistas em que pessoas ricas demais e bem-sucedidas exibem sua riqueza e seu sucesso. Vamos

ao dentista. Enquanto esperamos a hora fatal de expor a boca desarmada aos instrumentos, apanhamos uma revista e a folheamos, e vemos que há muito pouco para ler e muitas fotografias a contemplar. Ora, as coisas não parecem um pouco fora de lugar naquelas páginas? Certamente nada está em seu lugar, a não ser a ideia mesma de sucesso e riqueza, que está onde sempre esteve: completamente fora de nosso alcance. E quão deleitável nos parece, com tudo o que há nela de inadequado e esfuziante! Mas não está a riqueza também, apesar de tudo, ou a imagem que temos dela, um pouco fora do lugar? Provavelmente, sim, a se julgar pelo que vemos nas páginas: atores que só se tornam interessantes porque participam de festas interessantes, músicos que se vestem de jóqueis e montam a cavalo, arquitetos e escritores que fazem passeios ou tiram férias intermináveis – o reino mesmo da disfunção – e que o fazem com o pleno direito que lhes compete, tal como nos compete, a qualquer momento, tornarmo-nos parte do grupo. Essas pessoas que nunca estão a fazer o que sabem fazer de melhor são semelhantes a nós porque, como nós, estão a usufruir das benesses que a sorte lhes concedeu – e, sendo a sorte maluca, essas benesses não o poderiam ser menos. E ninguém nos venha dizer que todo aquele brilho, cores e roupas foram conquistados com esforço e mérito próprios, porque isso apenas provaria que esforço e mérito nada têm a ver com bom senso, já que se dissolvem tão facilmente numa pantomima cintilante. Preferimos pensar que essas páginas (este é o ponto) dão voz ao direito coletivo à imensa, inesgotável e escorregadia riqueza que se esconde por trás do acaso e que, se essa riqueza é usufruída por poucos (ou se a felicidade que ela promete nos parece uma coisa insípida e carnavalesca), isso pertence à ordem arcana do mundo, tal como os resultados das loterias, que não nos compete perscrutar.

Se alguém nos dissesse que pouco a pouco se instala no mundo uma cultura da inveja, não poderíamos retrucar senão dizendo que, se a inveja faz parte do “jogo do mundo”, ela tem raízes mais profundas. Ou, para usarmos uma expressão clássica: não é possível senão pensar que as engrenagens da “máquina do mundo” sejam azeitadas pela inveja, que nasce nas regiões abissais da alma, mas que se justifica pelo direito que todos têm (e quem o negaria?) de “participar” do espetáculo. Pensemos nisso, enquanto usufruímos, com calma, azedume, impaciência ou resignação, a nossa evanescente – mas jamais caduca ou satisfeita – condição de milionários em potencial.

7/8-1-2004

O DIREITO AO RIDÍCULO

Causou espécie o episódio em que o diretor, inconformado com a má recepção que sua montagem de uma ópera teve perante a plateia, subiu ao palco, baixou as calças e exibiu para essa mesma plateia um par de nádegas brancas, cuja foto apareceu nos jornais. Houve quem fizesse comentários acerca da viabilidade de tal atitude, se entendida como protesto contra a estreiteza de vistas do público, e houve quem apenas se contentasse em reparar na cor da roupa íntima do homem. Mas, com toda certeza (embora não o tenhamos lido em nenhum lugar), haverá quem tenha interpretado essa façanha – exhibir o traseiro no final do espetáculo – como parte da própria encenação. Nos dias de hoje, sempre é bom desconfiar, mesmo que a hipótese seja vaga.

Do mesmo modo, tivemos notícia pela imprensa de que o presidente dos Estados Unidos veio a público, recentemente, esclarecer que aquela famosa alegação de que haveria armas de “destruição em massa” no Iraque (prontas, provavelmente, para serem disparadas contra o seu país) poderia ter sido equivocadamente fornecida pela CIA. A atitude não é menos espantosa que a do diretor exibicionista. Em se considerando que muito foi feito para evitar a declaração de guerra, e que os inspetores da ONU andaram a escarafunchar o Iraque em busca das tais armas, sem nada terem encontrado (e deveríamos dar algum crédito a essa venerável instituição), não há como interpretar a declaração do presidente senão como uma forma de responder ao seu público – menos despudorada, por certo, mas igualmente constrangedora, desde que o ridículo implicado é de igual teor. Mas aqui há que observar uma diferença. A não ser que admitamos a lei de que com palavras (e justificativas) tudo se resolve, não há como não considerar que esse ato de (metaforicamente falando) “mostrar o traseiro” do presidente tem qualquer coisa de cínico, de espevitado talvez, que muito nos diz sobre certa maneira atual de lidar com as questões públicas. Para se colocar as coisas de modo mais claro, se poderia perguntar: não tinha o presidente a obrigação de compartilhar as responsabilidades com outros (digamos, com os interventores da ONU) ou de confiar menos em seus próprios informantes? Ou basta, como se diz, tomar o dito pelo não dito, deixando tudo o mais como está?

Mas o pior é que, segundo informações (o espetáculo da imprensa, ao contrário da ópera, parece não ter fim), o próprio diretor da CIA, acusado de incompetência, veio a público advertir que o presidente teria sido avisado de que as informações não tinham comprovação, mas que isso não fez a menor diferença, pois a decisão de declarar a guerra já teria sido tomada antes que surgisse qualquer relatório sobre as armas. E (para insistirmos na questão) a ONU não se dispusera a prolongar as investigações, a fim de retardar o pior ou, pelo menos, de confirmar a veracidade da alegação invocada pelo presidente para declará-la? Provavelmente, a julgar pelo teor das palavras deste último, os relatórios da CIA (seria a conclusão a tirar) – fosse lá o que contivessem – e aquele em que se baseou o seu aliado Tony Blair para apoiar a invasão do país no Oriente Médio seriam mais confiáveis que qualquer investigação que os outros porventura levassem a cabo. Ou, se não o fossem, seriam pelo menos preferíveis – o que é bastante diferente, mas (ao que parece) destituído de relevância numa cadeia de eventos cujo epílogo poderia ser,

quaisquer que fossem os resultados, um mero baixar de calças, um grito para que se continue a remar, sem dar ouvidos às opiniões contrárias.

Prova de que esse estado de coisas é característico dos tempos atuais está no fato de que não se tem notícia de que os reis ou os tiranos antigos tivessem, fossem quais fossem as suas decisões (e as consequências dessas decisões), de prestar contas a qualquer coisa como uma imprensa. Provavelmente teriam de prestar contas a alguém (no pior dos casos, teriam de velar pela integridade do próprio pescoço), mas nunca a imensas redes de informação das quais dependeria, segundo a boa ou a má recepção da montagem da ópera perante o público, a sua própria sobrevivência como mandantes ou tiranos. Ou seja, por outros termos, não tinham de se preocupar demais com o ridículo a que eventualmente estivessem sujeitos, porque, se tinham mesmo de prestar contas a um “público” (o que é difícil de imaginar em se tratando, digamos, de um Gengis Khan ou de um Carlos Magno), não havia uma mídia para a qual tivessem de falar diretamente. Imaginemos um César ou um Alexandre arrependidos de algum ato, tendo de se expor a uma câmera de tevê para explicar isso ou aquilo – a morte de alguns milhares de homens ou o afundamento de uma frota ou outra catástrofe qualquer, decorrente da má interpretação de um relatório. Causaria mais espanto, com certeza, do que a exposição desavisada das nádegas do diretor, que não põe em risco a cabeça de ninguém.

Hoje em dia é possível dizer que os meios de comunicação tenham estabelecido uma nova maneira de os governantes se relacionarem com o público, intermediada pela imagem e pelas palavras. Assim, como a imagem pode ser fiel ou falaciosa e as palavras podem mentir, estabelece-se também o direito – conforme se viu no episódio das declarações do presidente dos Estados Unidos – aos pedidos de desculpas, às justificativas injustificadas e à *mea culpa* que nada solucionam. Morresse de fome porque certa verba não foi devidamente encaminhada aos encarregados de fornecer alimentos às bocas que dela necessitavam? Vai o ministro a público prometer providências e uma fiscalização mais rigorosa das atitudes dos responsáveis, embora isso não mate a fome de ninguém. Roubou-se o dinheiro da Previdência Social, que foi parar em contas particulares dos bancos da Suíça? Sai o presidente a público para anunciar mudanças, embora se saiba muito bem que daqui a dez anos os mesmos desfalques do erário se repetirão e que talvez em vinte anos uma promessa semelhante será feita por um outro presidente. Importa ouvirmos a justificativa, boa ou má, convincente ou não, verdadeira ou falsa, só não se podendo omiti-la, desde que isso nos daria a impressão de que alguma coisa está *fora do lugar* e de que, se não a identificarmos imediatamente, o mundo se despedaçará ou se tornará incompreensível.

Uma das consequências disso é que a necessidade de justificar implica o direito ao argumento, e o direito ao argumento implica o direito de expor o traseiro. Não é que se deva exatamente expô-lo a cada vez que as coisas não saem a contento, porém não se pode deixar de compreender o ato como uma saída extrema, a que todos deveriam ter direito. E não estamos a falar tanto do ato em si ou da efetividade dos resultados, mas do direito puro, natural e congênito de executá-lo – de que se valeram, sem dúvida, o diretor, ao receber o apupo da plateia, e, numa escala mais sutil, o presidente dos Estados Unidos, ao insinuar que uma decisão de consequências funestas possa ter sido tomada em decorrência de um erro de avaliação, como se pode atribuir um acidente de automóvel a uma falha

dos freios ou a um punhado de areia derramado na pista. Em todos os casos, está o direito ao ridículo a ser exercido em sua plenitude, indiferentemente da situação ou da instância em que o exerçamos, porque a imprensa o salvaguarda, o público o abençoa e o imperativo categórico o absolve.

Num mundo em que as angústias do anonimato aumentam a cada dia, na proporção direta do crescimento do assim chamado público espectador, é certo que com o crescimento do público cresce também a necessidade das escusas. Do mesmo modo, parece claro que a possibilidade do ridículo, ao contrário do que se poderia pensar, aumenta na proporção em que os indivíduos, afundados no anonimato, se esforçam por vir à tona e emergir como personalidades. Não é que só aqueles que dispõem de uma estejam sujeitos ao ridículo ou possam expor-se mais facilmente à galhofa. Aparentemente, por uma lei obscura, mas até certo ponto intuitiva, o que aumenta é a necessidade de se defender não a urgência de fugirmos ao ridículo, mas o direito de sermos vítimas dele sem nos submetermos a transtornos maiores. Quer dizer, surge a necessidade de o garantir a todos, sem exceção, desde aos indivíduos mais insignificantes até às mais proeminentes figuras nacionais. Essa lei é que nos permite, pelo menos, entender com clareza tanto a atitude do diretor perante sua plateia como do presidente dos Estados Unidos (encenador ele mesmo?), ambos engajados em resguardarem seus interesses a despeito de qualquer chacota de que possam vir a ser alvos – e interesses, portanto, que presumem o a cada dia mais democrático (a única coisa realmente democrática dos nossos dias) direito ao ridículo.

Não estará distante, supomos, o dia em que também os juristas se debruçarão sobre ele, para codificá-lo, e em que, com base em abundante jurisprudência, acabarão por regulamentá-lo numa lei.

9-2-2004

ARITMÉTICA PARA ANTOLOGISTAS

O novo livro de Harold Bloom publicado no Brasil tem escrita na lombada, acima do nome do autor, em letras grandes, a palavra “Gênio”, que se pode ler sem curvar o pescoço. Essa palavra é repetida na capa, sublinhada pela frase “Os 100 autores mais criativos da história da literatura”, o que mostra que o livro não é só um longo arrazoado sobre o que seja o gênio propriamente dito em literatura, mas contém qualquer coisa de uma seleção das genialidades em questão. Antes de se aventurar a lê-lo, o leitor deveria consultar o verso da página de rosto, para verificar que o título do original é, de fato, “*Genius: a mosaic of one hundred exemplary creative minds*”, ou seja, “um mosaico de uma centena de mentes criativas exemplares”, e não, conforme está na tradução, dos escritores mais criativos do mundo. Como essa instrução não é dada em nenhum lugar, pode-se pensar que a opção pela ênfase seja da responsabilidade dos editores, nada se podendo afirmar acerca da opinião do autor a esse respeito.

Quanto ao que teria levado Bloom a arrostar a empreitada de falar sobre uma centena de mentes exemplares, quem já terá lido algum de seus livros poderá fazer suas próprias suposições, ou então que leia as oitocentas e vinte e oito páginas do livro para descobrir do que se trata. O mesmo, porém, não se pode dizer quanto à escolha do número exato de mentes criativas a serem listadas no volume. Por que exatamente cem, quando se pode, digamos, fazer a lista dos 121 ou dos 237 autores mais criativos do mundo, para não falarmos de outras cifras mais generosas – 538, 976, 2.489 –, igualmente precisas, que toda precisão nesse caso não deixa de ser surpreendente?

Alguém poderia argumentar que, em se tratando de títulos de livros, as cifras redondas atraem mais a atenção dos leitores, não só porque se fixam bem na memória, mas porque são mais fáceis de pronunciar. Isto é, seria pouco provável que memorizássemos o título de um livro em que o autor se propusesse a falar, por exemplo, dos 12.675 ou dos 23.531 autores mais criativos do mundo (números que seriam bastante aceitáveis, até porque é de se supor que ao longo de quase três milênios a história tenha produzido essas quantidades ou mais de escritores razoáveis), mas a lista dos cem mais brilhantes se acomoda bem em nossos cérebros. Não entraremos no mérito dessas questões. Admitiremos apenas que números fracionados implicam certa ideia de cálculo e que a exatidão seria, em caso de escolhas pessoais, muito mais suspeita do que os arredondamentos. Esses últimos, se não excluem o cálculo, pelo menos fazem pensar que as coisas sejam *assim mesmo* e que um contingente de cem bons autores já é mais que suficiente, não havendo nada mais a acrescentar, pois cem já é um número *grande* o bastante.

De certo modo, as cifras redondas favorecem os antologistas, que nelas encontram a possibilidade de atraírem a atenção dos leitores preguiçosos – que não se dispõem a perder tempo com lucubrações burocráticas acerca de números ideais –, mas também porque os números redondos contêm uma espécie de sortilégio, que conjuga o preciso com o impreciso, que faz do imponderável uma cifra, resultando em que, desde já (isto é, desde o momento em que se começou a escrever o livro), certas escusas estejam pedidas. Por outros termos, não é necessário justificar a seleção de cem autores, bem como qualquer seleção, até

porque o ato de *reunir* e *comparar* parece ser um ato bastante natural. Afinal, quem nunca terá feito a sua própria seleção do que quer que seja – uma dezena de bons livros, uma dúzia de bons filmes, os dez sujeitos mais ricos do mundo, os cem melhores sonetos, etc. –, seleção que por certo implicou arredondamento? Se couberam aí, portanto, as cem coisas mais interessantes do mundo – não importando o que –, que podem ir desde os automóveis aos modelos de mesas, desde as coleções de figurinhas às coleções de quadros de pintura, tão adaptáveis aos limites das dezenas e das centenas, por que não se adaptariam também os escritores e suas obras?

As antologias que não se propõem a ser simplesmente o que são, ou seja, coleções de coisas que alguém ajuntou por algum motivo num mesmo lugar (por julgá-las boas, é o argumento frequente), e que venham a mencionar em seus títulos, além daquilo que de ordinário deveriam mencionar (pensemos, por exemplo, na *Apresentação da poesia brasileira*, de Manuel Bandeira), o número exato das coisas ajuntadas, costumam ser sabotadas no próprio título. Esse é um dos dramas da exatidão: a necessidade de se aquilatar o que é maior e o que é menor, ou o que é melhor e o que é pior, sabendo-se muito bem que depois do dez vem o onze, e depois do centésimo o centésimo primeiro, e assim por diante até o infinito. Neste ponto, a façanha de converter o impreciso em preciso encontra o seu maior obstáculo: que algum número *deve* ser escolhido para figurar no título da antologia e que, uma vez escolhido, a possível proporção do mesmo com a possível quantidade total de indivíduos da espécie antologizada será posta em questão. Na maioria das vezes, agimos como se nada disso nos importasse. Contentamo-nos com a ideia de que, se existem, no caso, escritores ou outra coisa qualquer a selecionar, então a quantidade escolhida será boa, desde que o mais difícil seria pensar que ali não haja nada a selecionar.

Existe alguma proporção *real* entre os números que aparecem nos títulos e as variações populacionais da espécie implicada? E existe, entre a espécie implicada e o número total de indivíduos da espécie maior uma proporção qualquer que se possa invocar, sendo possível que a antologia se torne, de um modo ou de outro, *representativa* não só da qualidade que se põe em relevo, como também da quantidade daquilo que está em vias de se tornar objeto de antologias? São perguntas que talvez ocorram aos leitores minuciosos, mas pode ser que a maioria se contente com os valores aproximados – o que torna as antologias tão simpáticas e, por assim dizer, tão oportunas, pois sempre nos asseguram de que ali onde os números só aparecem como impropriedades também as quantificações são possíveis, e que no final todos sairão *ganhando* de alguma forma.

Além do gosto pelas quantidades redondas, qual seria a regra para se reunir sob um mesmo teto um *bom* número de autores representativos? De certo modo, o fato de que alguns autores de antologias excluam suas próprias obras dos conjuntos reunidos não exclui o fato de que *eles* os reuniram. Esclareçamos essa ideia. Um dos segredos das antologias poderia ser perquirido neste ponto: que, ao se proporem a montá-las, seus autores de certo modo, inconscientemente ou não, as *desautorizam*, omitindo-se delas como se omitiriam de reuniões de trabalho a que não desejassem comparecer. As antologias são como festas escolares, a que os pais nunca devem faltar e que, por serem *também* do interesse dos pais, devem incluí-los invariavelmente, mas que lhes são tremendamente aborrecidas. Assim, calcular um número exato de autores a serem compendiados serve de argumento para que dos

compêndios estejam ausentes os próprios autores dos compêndios, quer dizer: entre os cem autores mais criativos do mundo, ou entre os cem poetas mais importantes do século ou de todos os séculos, não se deve imiscuir, jamais, o nome do próprio autor das obras que deles falam. É como dizer que, para falar das cem mentes exemplares mais criativas, a mente do próprio autor não devesse ser mencionada, ou por não ser ela mesma uma mente criativa (e exemplar) ou porque isso faltaria à modéstia. Cem mentes exemplares são *exatamente* cem mentes exemplares, e não 101 ou 102, ou qualquer quantidade maior (onde estaria incluída – houvesse menos precisão – a mente do próprio autor que avalia e arrola essas mentes) ou menor em que se queira pensar.

Quanto a isso, é possível dizer que toda antologia – não obstante o consenso ou a suposição de consenso em que se fundamente – nasce morta ou, melhor dizendo, se passa uma rasteira logo ao nascer. Se incluir o nome do próprio autor, será lida como uma declaração de imodéstia, mas, se não o incluir, isso será visto como uma declaração de que não vale a pena lê-la, porque o autor (pressupomos, evidentemente, que toda antologia deva ter um autor) não quis ele mesmo participar dela ou se julgou indigno dela – indigno portanto de si próprio e daquilo que, com trabalho, paciência e suor, se propôs a realizar.

24-3-2004

A QUEDA QUE AS UNIVERSIDADES TÊM PELOS POETAS MORTOS

Quem desejasse obter algum conhecimento sobre a poesia brasileira atual e consultasse uma dessas revistas que as universidades publicam – e nos referimos em especial às grandes universidades – chegaria a uma conclusão bastante exata: a poesia brasileira atual simplesmente não existe. Essa não seria, evidentemente, uma constatação alarmante para quem não se preocupa com o assunto, desde que certas questões de suposto interesse coletivo (se é que se trata de tal) parecem exercer apelo sobre uma parte muito pequena da população, mas para esse leitor pode ser que a coisa gerasse alguma dúvida. A julgar pelo que as universidades publicam efetivamente acerca da poesia contemporânea do Brasil (na eventualidade, é claro, de que ela exista), poderia concluir que se enganou a respeito do tema e que a expressão não nomeia nada de preciso, a não ser que se pensasse que a poesia contemporânea seja escrita por gente como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Jorge de Lima – o que poucos estariam dispostos a admitir.

Em se tratando de poetas vivos, então, as coisas se afiguram ainda mais desanimadoras. Além de *não existirem* no sentido mais específico do termo, também não deixam um rastro que, futuramente, venha a provar que a impressão de que não existiam se deveu a um equívoco ou a um desvio de perspectiva (ou, quando menos, a uma certa pressa em avaliar a situação). Flutuam por aí, como balões de gás, e, como tais, não podem ser capturados nem domesticados por ninguém – muito menos pelas grandes universidades, que têm coisas mais importantes a fazer do que penhorar o seu tempo e o seu prestígio na perseguição de fantasmas. E, se alguém dissesse que o interesse pela poesia (que, por incrível que pareça, nos dias de hoje ainda persiste – mesmo enfraquecido – nas universidades) só conserva a sua atualidade e o seu frescor em decorrência da improvável lenda de que existem poetas vivos e qualquer coisa como uma poesia contemporânea, pode ser que fôssemos obrigados a retrucar que tal ideia não passa de um equívoco. Argumentaríamos que a poesia que interessa às universidades nada tem a ver com estar vivo ou morto (quem a pratica) e que o interesse por ela advém de uma invenção de caráter arqueológico. Conclui-se, absolutamente, que há uma poesia a estudar ou a venerar, não se tratando necessariamente de uma arte praticada por vivos – o que, aliás, se colocado em questão, só geraria constrangimentos nesses veneráveis santuários do saber. Poetas vivos costumam não só ser pessoas desinteressantes e inconvenientes (em mais de um sentido), como também nos transmitem não raro uma sensação de insegurança mesclada ao desconforto. É como se, em presença deles, não tivéssemos garantia nenhuma de que no próximo minuto continuarão a ser os gênios pelos quais os tomamos, para não falar das criaturas vivas e capazes de escrever poesia que deveriam ser e que todos esperam que sejam.

Justifica-se, pois, que as universidades tenham um fraco pelos mortos. Além disso, há o fato de que, em sua atenção aos mortos, em seu respeito quase religioso por eles, parece repugnar aos meios acadêmicos a ideia de que os autores de livros possam estar por perto, sujeitos a qualquer momento a entrarem por aquela porta e a pedirem que compremos os seus livros ou que, pior, os patrocinemos. Isto, sim,

seria uma afronta e quem sabe até um desrespeito – não só à memória dos mortos venerados mas também à seriedade e à sisudez que devem imperar nesses ambientes circunspectos. No mais, os poetas comprovadamente vivos trazem o inconveniente de que suas obras, quaisquer que sejam elas, estão sujeitas a flutuações de valor (pois o valor sempre estará em questão) que dependerão demais do que se diga da próxima obra-prima (ou do próximo desastre) que sejam capazes de perpetrar. Pouco importa que sejam convidados a comparecer nas universidades e a se expor diante de plateias curiosas, que os olham com a estranheza com que olhariam um texugo ou um rinoceronte. Expostos sobre tablados, eles parecem frágeis demais, ou enfadonhos demais, ou engraçados demais, ou simplesmente humanos demais para que possamos conceber qualquer possibilidade de ligar suas figuras às obras ou às obras de que os imaginamos inventores. Caso conheçamos uma ou duas dessas obras, pode até ser que nos permitamos alguma condescendência, muito porque não se pode querer perfeição em tempo integral. Mas, se não lhes conhecemos obra nenhuma, então a catástrofe será inevitável: não poderemos fazer delas (dessas obras hipotéticas), por antecipação, senão a pior ideia possível – a qual nos levará à conclusão de que jamais compraremos qualquer livro que tenha saído da pena desses autores. (Eis um alerta a ser dado a todo poeta vivo: que ele leve sempre em conta o quanto a sua imagem pública pode influir sobre a vendagem de seus livros.)

Essas observações, provavelmente, explicam em parte a aversão que as universidades (e aversão que será tanto maior quanto maior e mais renomada for a universidade em questão) nutrem pelos poetas vivos. Mas há outros motivos, como, por exemplo, o pensamento de que as universidades quase sempre organizam seus projetos da mesma maneira como produtores de cinema organizam os deles: pensando no público alvo e, conseqüentemente, no retorno dos investimentos. Não há lógica, portanto, se olharmos por esse ângulo, em investir dinheiro – o que envolve verbas públicas, agências de fomento (estas, mais que todas, terrivelmente alérgicas a poetas vivos!), bolsas de estudo, salários de professores, grupos de pesquisa – para estudar coisas como as obras de desconhecidos que, provavelmente, não teriam custado, para virem ao mundo, uma centésima parte de todo o dinheiro que se gastará para estudá-las. E o que dizer da imagem desses poetas quando exposta publicamente ou para uma plateia que, quando muito, se dignará a conceder-lhes um bocejo logo que pronunciarem a primeira palavra? Como atores desconhecidos, figuras tais não atraem, acreditamos, um mínimo sequer do interesse algo espetacular que se espera dos escritores (do qual só alguns sabem dar mostras!) – façanhudos praticantes de uma atividade que, nos meios estudantis, teria muito mais prestígio do que o de que goza atualmente, não fosse o inconveniente de por lá aparecerem os poetas com os seus livros.

Um leitor mais ingênuo poderia perguntar se, neste particular, não seria mais proveitoso, em vez de investir recursos em congressos e pesquisas, bem como em tudo o mais que envolve o estudo das obras dos escritores, simplesmente investir algum trocado na publicação das mesmas. Perguntando-o, no entanto, apenas demonstraria, de sua parte, um imenso despreparo para lidar com as realidades práticas da vida. Que a obra de Rimbaud não lhe tenha rendido, talvez – em termos financeiros –, quando vivo, um milésimo de tudo o que já se gastou para estudá-la ou para exaltá-la em todos os meios de comunicação (e não só nas publicações acadêmicas) apenas comprova que Rimbaud (tal como outros que hoje desfrutam

de equivalente prestígio no mundo das letras) viveu na época errada – que é a época em que todos os poetas vivem. Por outros termos, o que aconteceu a Rimbaud comprova que teria feito melhor se apenas tivesse sido um fantasma de si mesmo, enquanto sua obra vinha a público pela primeira vez, não podendo nascer, infelizmente, como obra póstuma de antemão (desde que ele estava vivo quando a escreveu) – mas isso constituiria uma impossibilidade em que sequer vale a pena cogitarmos.

Há dificuldade, por certo, em estabelecer que tipo de relações existe entre os poetas vivos e os poetas mortos, e pode ser que não devêssemos mencionar esse assunto. No entanto não se pode negar que, por mais que o interesse se concentre nos mortos, se constata, quanto a estes, uma espécie de dependência frente aos vivos – dependência da qual só tomamos consciência quando reconhecemos que, de algum modo, é dos vivos que os mortos se alimentam (embora, para as universidades, os mortos tenham precedência sobre os vivos). Não se trata de ajudar os mortos, que não podem mais se defender, nem de cultivar a memória deles num mundo que a cada dia tende a se esquecer mais rapidamente das coisas do passado. A dependência dos mortos em relação aos vivos provém de uma espécie de mito popular, de uma crença a respeito da poesia que nenhum erudito jamais alcançará desmascarar. Essa crença diz que a poesia, estando viva, ainda é *praticada* por alguém, e que o fato de nos interessarmos por ela depende da ideia de que, nos dias de hoje, ainda exista gente capaz de praticá-la. Ou é só um equívoco de nossa parte? É preciso ser cauteloso neste ponto. Pensemos, apenas, que nada é tão interessante a ponto de que se deva passar uma eternidade inteira a lucubrar a seu respeito – podendo muito bem ser este o caso da poesia (e talvez as universidades tenham chegado cedo a essa conclusão). Mas, se supusermos o contrário, então teríamos de concluir que uma imensa injustiça está a ser praticada contra os poetas vivos, dos quais dependem, para existir, muito mais coisas do que estamos acostumados a crer, e aos quais portanto deveria ser paga alguma retribuição.

O certo é que as universidades têm os seus motivos para preferirem os mortos, assim como certos críticos têm os deles para preferirem alguns autores em detrimento de outros, bem como o público tem os dele para preferir certos escritores pelos quais as universidades não se interessam. Mas pensemos, ao menos, que um dia alguma coisa poderia ser feita para evitar o embaraço que causa, digamos, o fato de que um poeta se dirija a uma universidade e peça dinheiro para publicar um livro, e que em resposta lhe seja proposto, em vez de escrever o próprio livro, fazer um estudo sobre outro poeta, menos interessante do que ele talvez, mas que não seja *e/le* o poeta a ser estudado (ou que não chegue ao desplante de pedir financiamento para estudar a sua própria obra, o que já seria demais!). Com um pouco de diálogo, chegaríamos a um acordo, e pode ser que os poetas vivos encontrassem nem que fosse um cantinho para se aninharem no interior das grandes universidades, e que essas não os enxotassem de lá, mas os deixassem ficar.

Seria um mundo em que o nosso leitor curioso e perguntador se sentiria mais confortado, concluindo, em sua indefectível ingenuidade, que ainda existe alguma lógica no processo da realidade.

8/9-7-2004

POR QUE DEVEMOS ADMIRAR OS RICOS?

Uma das questões mais prementes para o homem contemporâneo – mais até do que saber se devemos ou não acreditar na teoria do Big Bang –, a julgar pela atenção que lhe concede a imprensa atual, é descobrir por que devemos admirar a vida dos ricos. Qualquer pessoa comum teria na ponta da língua, para alegar como resposta, pelo menos uma boa dúzia de motivos. Mas, se os analisássemos um por um, veríamos que, olhados de perto, eles resistem mal a qualquer perquirição mais profunda.

E de nada adiantaria sacudir diante de nossos narizes aquelas fotografias coloridas de revistas em que a quintessência da tecnologia moderna da construção de edifícios – ataviada até o pescoço como mulheres que sairão para uma festa – parece ter sido posta a serviço do delírio. Aliás, mal poderíamos acreditar que seja possível viver nesses lugares. Quando muito, daríamos de ombro e seguiríamos nosso caminho, pensando que há mais coisas a fazer na vida do que morar em residências de cem cômodos, subir e descer escadas que parecem multiplicar-se como galhos de árvores, pregar o olho em imensas telas de televisão ou nadar em piscinas que – se pensássemos no dinheiro que se gastou para construí-las – sugerem que de bem pouco tempo se disporá para usufruir delas, desde que a maior parte será despendida em amealhar as verbas necessárias para a construção. Pode até ser que o conceito moderno de felicidade dependa de tudo isso, mas no final ainda teríamos de nos convencer de que o preço a pagar por ela pode, realmente, ser compensado por aquilo que nos promete – e assim retornaríamos ao ponto de partida.

Porém, antes que nos chamem de invejosos, há que fazer uma ressalva. Admitamos, pelo menos, que, mais do que divulgar um modo pouco convincente de combater o tédio da vida (à força de superfícies coloridas, de muito mármore e granito polido), a imprensa que assesta seu foco nas comodidades da vida nababesca presta à população uma espécie de serviço, cujo valor não se pode escamotear. Pensemos, por exemplo, no que seria da ordem pública se esses amáveis benfeitores não enviassem a ela, embutidas em tais mensagens, indicações diárias sobre o que se deve desejar e sobre o que se pode fazer com a riqueza quando se dispõe dela a valer e, principalmente, quando não se está disposto a esbanjá-la senão com essas coisas mesmas, que parecem desejáveis demais para que escrúpulos de modéstia ou de frugalidade se interponham no caminho. É correto pensar que, sendo ricos, todos deveriam viver em mansões de cinco andares (com dois deles subterrâneos) ou cultivar jardins de dar inveja a Salomão, mesmo habitando os desertos da Arábia? Estas são perguntas a que não poderíamos responder. Ou poderíamos, se dispuséssemos de condições de experimentar também nós esses dilemas – condições bastante confortáveis, diga-se de passagem, embora neste caso o conforto possa surgir às vezes como uma coisa excessivamente complicada ou ligeiramente enjoativa.

Por outro lado, é certo também pensar que, se fôssemos ricos a não mais poder, pode ser que preferíssemos comprar um embolorado palácio ao lado de um canal em Veneza e, indiferentes às nossas alergias, sepultar-nos nele, fugindo assim de uma vez por todas dos perigos a que a exposição pública da própria abundância costuma acarretar a quem a sorte aquinhoou com ela. Que o digam aqueles que têm de viver cercados de guarda-costas ou que, trancafiados em suas mansões como tesouros dentro de cofres, mal podem espiar pela janela sem que um olho bisbilhoteiro logo apareça para os espionar. Neste ponto, não obstante forçado, há um aspecto de admirável modéstia na vida dos ricos, o qual também contribui – e num grau excepcional – para a moralidade pública. Imagine-se. Se a riqueza permite a aquisição de coisas cujo único motivo para desejarmos adquiri-las é a possibilidade de ostentá-las publicamente, o não ostentá-las faz lembrar a vida dos santos, que dispõem em segredo de verdadeiros tesouros espirituais dos quais, na maioria das vezes, só se toma conhecimento depois que morrem. Não é, evidentemente, o caso dos

ricos; entretanto nem por isso a aproximação se torna imprópria: estes também só costumam sê-lo (como os santos) em segredo, como se estivessem a devorar à socapa uma deliciosa fatia do bolo da vida que não é, infelizmente, grande o bastante para todos, mas que deve ser devorada assim mesmo por quem tiver a sorte de lá chegar primeiro, já que de outro modo se deterioraria ou se perderia.

Esta é a mensagem que a divulgação de pormenores da vida milionária na imprensa envia ao público diariamente. E podemos vê-la com mais detalhes, tais como aqueles referentes à satisfação de nossas mais básicas necessidades fisiológicas? Não, não é que cheguem a tanto. Mas, ao divulgar alguns desses pormenores, é como se dissesse: entrem vocês também para o time, e não se deprimam caso não o consigam, pois isso nada terá a ver com o sentido lógico das coisas. Dependerá muito mais dos caprichos da sorte ou, como se diz, da fortuna – o que não é assim tão desolador nem constitui motivo para autodepreciações ou suicídios.

A arte de ser rico parece ter-se aprimorado demais nos últimos tempos. Se hoje em dia existe gente em condições de construir palácios que fazem as pirâmides de Gisé parecerem desajeitados montes de pedras empilhados no deserto apenas para quebrar a monotonia da paisagem, isso sugere que admirar os ricos é, antes de tudo, admirar os frutos de incontáveis eras de evolução. Mas é tudo para eles? – alguém poderia perguntar. Provavelmente não, mas não se pode deixar de admitir que sem eles nenhum progresso se teria verificado nas tecnologias de construção. Além disso, construir palafitas é algo que se sabe há muito tempo, desde antes da invenção das torneiras elétricas, para não falarmos do vidro temperado e das banheiras de hidromassagem, sem as quais nenhuma felicidade estaria completa nos dias de hoje.

Admirar os ricos tem se tornado mais e mais – e mais até do que o teria sido em épocas passadas – um dever cívico, para não dizer civilizador, que deveria ser ensinado nas escolas. É como se disséssemos: eles não estão aí só para *enfeitar*. Mesmo quando lhes acontecem catástrofes – como morte por câncer ou desastres automobilísticos –, ou quando uma dúzia deles é dizimada pela queda de um avião, ou quando se acham sujeitos a males pessoais como perda de memória ou paralisia múltipla dos nervos, ainda assim não perdem o encanto. Antes, muitas vezes, sequer chegam a morrer, pois sempre haverá quem diga num jornal ou numa revista que o que lhes aconteceu foi uma triste *passagem* ou que simplesmente *nos deixaram*. E para onde passam quando passam ou onde se metem quando nos deixam? Eis outra questão fascinante, que se poderia comparar em importância com aquela, assaz premente, de saber se, ao admirar os ricos, estamos a nos iludir ou se estamos de fato a contribuir para o progresso.

30-6/1-7-2004

DAS CAMPANHAS POLÍTICAS DE MINHA TERRA DESCRITAS COMO UM FILME DE HORROR

Uma situação corriqueira em filmes de horror é aquela em que os mortos, ressurgidos dos túmulos e tomados por não se sabe que impulsos de retaliação contra os vivos, retornam ao mundo para assombrá-los ou persegui-los em sua vida diária. E não se pergunte o que vieram fazer de novo neste lugar em que perderam a sua vez. A resposta será, por certo, quase sempre, que retornaram para resolver alguma questão inconclusa, saldar alguma pendência de ordem moral ou material que o fato absoluto de estarem mortos não basta para saldar. Pensaríamos até que, qualquer que seja a questão, é de vivos, sempre, que se trata e que os mortos só comparecem lá como figuras excêntricas, que dão ao enredo aquele toque de pitoresco sem o qual enredo nenhum se mantém de pé. Muitas vezes, os mortos retornarão para aumentar as populações do além-túmulo – o que depõe a favor da hipótese de que nós mesmos, apegados demais a este mundo, o achamos atrativo demais para que deixemos em paz os que se foram, e então fazemos a máquina girar. Só não podemos é imaginar que retornem para contemplar a paisagem – o que não renderia enredo nenhum – ou para respirar o ar poluído de alguma metrópole – o que não honraria a inteligência dos mortos –, até porque a ideia do retorno à vida é, ela também, interessante demais para que a passemos por alto. E nós somos seres inquietos por natureza, bulideiros natos que não deixam em paz nenhuma ideia, muito menos a de que os mortos deveriam ficar onde estão.

Outra situação em que se pode ver os mortos ressurgirem dos túmulos – ou, pelo menos, se pode ter a impressão de que ressurgem – acontece com frequência nas campanhas políticas do interior brasileiro. Figuras que, durante quatro ou mais anos, pareciam ter sumido de nossas vistas ressurgem de seus nichos, como fantasmas despertos, recobram vida e põem-se a caminhar pelas ruas, assombrando aqueles que julgaram tê-los esquecido. Então não tinham desaparecido por completo? Não é verdade que depois do último fracasso político tinham desistido de vez de perseguir a assim chamada *coisa pública*, deixando-a em paz como mágicos aposentados que se retiram do palco? Grande ilusão de nossa parte! A coisa pública gera mais obsessões do que somos capazes de conceber. E não é costume desistir-se dela assim tão facilmente. Os mortos-vivos eleitorais – é a regra –, à maneira do que acontece nos filmes, voltarão para assombrá-la, dando a impressão de que uma parte deles ficou presa a ela e que só poderá ser libertada com uma segunda morte. Quem é aquele que vai pela rua todo empertigado, como se tivesse chegado de vez a uma conclusão sobre o importante papel que tem a desempenhar no concerto do mundo? É aquele outro, que víamos com regularidade nos corredores da repartição, mas do qual nos esquecemos completamente e de quem não nos lembraríamos de modo algum se não fosse época de campanha e, pior ainda, de campanha bem-sucedida, que levou de novo o seu candidato ao posto político mais cobiçado do município? De onde surgem quando ressurgem para mover as acirradas contendas que costumam anteceder a posse de prefeitos e vereadores nas prefeituras e câmaras de cidades interioranas, como B. e outras, cujo número de habitantes parece pequeno demais para semelhante fervor?

Em si mesmos, se olhados de perto, esses fantasmas não têm nenhum

interesse. No entanto é estudando o seu comportamento que descobrimos o que podem vir a significar para a compreensão de alguma coisa dos processos eleitorais de província, em seus aspectos mais representativos. Não queremos ser tendenciosos, mas, de certo modo, não podemos deixar de admitir que o comportamento do que ousaremos chamar de morto-vivo eleitoral típico do interior tem qualquer coisa de cíclico, e acrescentaríamos: de espasmódico ou de ciclotímico. Isso porque tal comportamento, em determinadas épocas, costuma manifestar-se como o mais extrovertido dos comportamentos, isto é, em épocas favoráveis, nas quais podemos detectá-lo em figuras que, noutras circunstâncias, podem (e de fato o fazem com incrível frequência) aparecer-nos como verdadeiros ícones de timidez. O ciclotímico eleitoral é tímido, introvertido e quase invisível em épocas que não sejam de eleição, levando-nos a crer que a suspeita de que seja capaz de desaparecer completamente no ar, ou de tornar-se invisível – embora se trate apenas de um equívoco de nossa parte – não é apenas uma ilusão. Mas em épocas de eleição esse comportamento se converte em seu contrário, e é então que o descobriremos ativo, agressivo, verdadeiramente arrogante, como se os ares da ocasião exercessem sobre ele uma influência transformadora. De criatura recolhida e esquiva, muda-se de repente num ser buliçoso, de trato difícil a não ser para os seus correligionários, adquirindo as características daquilo que poderíamos chamar de Indivíduo Público – engrenagem básica das máquinas eleitorais brasileiras.

Em sua fase “noturna”, isto é, naquela em que se pode dizer que o indivíduo está *em baixa*, o morto-vivo eleitoral tende a se diluir na multidão, mergulhando num anonimato do qual só o tira a recordação de que pertence à máquina política local. Se essa recordação não ocorre a ninguém, então não há salvação: o morto-vivo desaparecerá por completo, deixando de frequentar nossos pensamentos, ou se transformará num indivíduo comum, sem atributos que nos estimulem a gastar com ele mais que cinco minutos de nossa atenção. Se ele tiver uma profissão, pode ser que o vejamos de outra maneira; que, esquecendo seus compromissos com a vida política, consigamos até detectar nele uma *personalidade*, interpretando-a como a de um indivíduo comum: o comerciante, o advogado, o farmacêutico, o professor ou quem mais. Mas esse não é, de modo algum, o morto-vivo eleitoral típico. Um morto-vivo, para sê-lo na plenitude do termo, em épocas de baixa não deve ter personalidade e, muito menos, qualquer proeminência na vida coletiva. A opinião pública não deve formular a seu respeito nenhuma opinião, bem como não se deve jamais fazer, por exemplo, perguntas inconvenientes, tais como: o que ele faz para sobreviver nas épocas magras (longe, portanto, das benesses do erário) ou, afinal, o que o levou a se meter em questões de política? Ele deve ser fluido (do ponto de vista psicológico), sobrevoando nossos pensamentos como uma sombra discreta, uma associação fugidia à qual apenas raramente haveremos de retornar. E, mesmo assim, sempre que nos lembrarmos dele ou sempre que o virmos na rua, havemos de lembrar que pertence a uma das duas facções políticas que costumeiramente se digladiam nos municípios brasileiros, como se a personalidade (que em geral não será senão uma exponenciação da personalidade do morto-vivo eleitoral) do político eminente (na esfera municipal) ao qual o seu nome estará ligado o preenchesse de algum modo. Na fase lunar, o morto-vivo eleitoral é apenas uma *possibilidade*, uma eventualidade ou uma sorte de ovo goro de dentro do qual pode ser que desponte uma ave na próxima eleição, com a ressalva de que, não sendo propícia a ocasião, o ovo se guarda para a seguinte, ao contrário dos ovos de verdade, que tendem a

apodrecer caso a ave ou o que quer que contenham não quebre a casca e salte para a luz.

Já em sua fase propriamente diurna, não há que discutir: o morto-vivo eleitoral é uma ave bastante empenachada, um galo de briga cuja prontidão para o combate não se pode deduzir de seu comportamento noturno. E que maravilhosa transformação! Basta que a Justiça Eleitoral estabeleça uma data para o início das campanhas e que esse dia chegue, para que o morto-vivo se erga do túmulo, arregace as mangas e se ponha em movimento – e movimento frenético, diga-se de passagem, que vai desde a organização de comitês eleitorais até a promoção de eventos os mais ruidosos, tais como comícios ou batucadas de dar inveja às melhores escolas de samba. Neste aspecto, eles – os mortos-vivos – adquirem uma energia realmente admirável, que em nada lembra os modos recolhidos de outrora: são capazes de agitar no ar, durante toda uma noite, uma bandeira (presa ou não a um mastro) de qualquer tamanho (oito metros quadrados de tecido seria o ideal), como também de percorrer cada rua da cidade montado na carroceria de um caminhão, gritando *slogans* os mais estapafúrdios e tanto mais excitantes quanto mais estapafúrdios. Arrebata-os o frenesi de retornarem à vida? O morto-vivo eleitoral é capaz de dispor de uma energia que só se compara à dos mortos-vivos do cinema, embora sem a lentidão de movimentos ou o aspecto catatônico destes últimos. Diríamos mesmo que a lentidão e a catatonia são reservadas para as épocas de marasmo: nas ocasiões de alta, ou nas épocas de campanha, essas tendências se invertem. E ei-lo a despertar e a canalizar as energias adormecidas de seus correligionários e do público – energias que serão tanto mais intensas quanto mais intensas forem aquelas de que o morto-vivo puder apropriar-se (suas ou adquiridas por meio de algum sortilégio de que não fazemos ideia) ou sacar de suas próprias usinas interiores.

Mas seria inadequado aventar que ele disponha, de fato, de qualquer coisa como uma fonte pessoal de energia. Antes, pode-se dizer que, como um punhado de pólvora, é a época mesma que o acende, ou melhor: que a época oferece a centelha e que tal centelha incendeia a sua pólvora íntima. Seria ele capaz de produzir sua pólvora? Se algum mérito se deve reconhecer-lhe, é a capacidade não tanto de produzi-la, mas de buscá-la no exterior e de armazená-la para as ocasiões oportunas, bem como se pode pensar que tal pólvora se acumule mais quanto mais longo for o período de hibernação a que se vir obrigado. E o que o obriga a hibernar é o fato de que sua facção raramente se mantém por muito tempo no poder, sendo frequentemente forçada a revezar com a facção opositora. Essa é, talvez, uma das razões pelas quais o comportamento do morto-vivo eleitoral adquire certo nervosismo: vendo-se constantemente ameaçado de despejo, ele vive em estado de sobressalto, como um inquilino que passou tempo demais sem pagar o aluguel. Quanto a isso, pode-se até dizer, sem injustiça, que o morto-vivo eleitoral é um sujeito que vive de aproveitar ao máximo cada segundo que lhe cabe de vida. E vida aqui significa, evidentemente, vida de além-túmulo. Ele não só converterá, ao extremo do esgotamento, em gestos de campanha toda a energia armazenada (o que talvez o incapacite depois para as ações políticas proveitosas ou consequentes), como ainda, em seguida, encontrará forças, em caso de vitória, para as comemorações. Com uma diligência extraordinária, ele estará presente a todos os eventos de campanha, desde as reuniões de rotina para formulação de estratégias, até os grandes e estrepitosos comícios nos quais, não raro, não se

pejará de falar ao microfone. Não só manterá em pleno funcionamento, pelo período que durar a campanha, o comitê onde se distribuem pôsteres e panfletos do seu candidato, do qual será o mais assíduo frequentador, como ainda não faltará ao dia em que seu candidato for declarado prefeito da cidade – ocasião que parece resumir todo o sentido da existência do morto-vivo eleitoral.

Este é apenas um corolário da atitude usual do morto-vivo eleitoral de província, que é capaz de muito mais quando seu coração e sua mente se deixam invadir pelo que ele invariavelmente confunde com um imoderado fervor pelo seu candidato. Mas seria mesmo uma pólvora o que ele acumula por dentro ou se trataria de algo menos explosivo, embora facilmente inflamável – uma palha, digamos, que quatro ou mais anos de baixa tendem a amontoar dentro dele, como num celeiro repleto? Nesse caso, nada mais natural do que, em ocasião apropriada, atear fogo ao monte, até para que não se avolume demais ou atinja alturas perigosas. Além do que, isso explicaria certas idiosincrasias de caráter próprias do morto-vivo eleitoral, como aquele período de aparente depressão que costuma acometê-lo após uma campanha, mesmo vitoriosa, na qual aparentemente esbanjou mais energia do que o suportamos capaz (para não falarmos da indispensável festa de comemoração, que parece, esta sim, exauri-lo até a última gota). Nesse período, pode ser que ele recaia na antiga melancolia, que regresse, nem que seja por um instante, à pasmaceira usual. Trata-se do momento em que o incêndio ameaça recuar, retroceder sobre si mesmo, antes de atingir o seu ponto culminante. Esperemos, porém, a assim chamada festa da posse e veremos do que ele é capaz realmente. Se é palha ou pólvora o que se acumula nele nas épocas de silêncio, assistiremos ao incêndio – incêndio que se prolongará pelo tempo que durar o período de alta, quatro, oito, doze anos, conforme disponha a sorte eleitoral. Só não poderemos pensar é que ele permaneça inerte, qualquer que seja a circunstância, pois, do mesmo modo que os mortos-vivos de nossos pesadelos, é o *ressurgir* que lhe infunde ânimo, como se uma lei de eterno retorno movesse os cordões de seu destino.

Hoje em dia, algumas determinações legais que têm surgido, visando a tornar obrigatória a exigência de realização de concursos para contratação de funcionários públicos, ou a surpreendente lei da responsabilidade fiscal, que proíbe os prefeitos de assumirem dívidas públicas que não possam ser pagas dentro do prazo de seus mandatos, ameaçam impor obstáculos a esse eterno retorno. O que pensará o morto-vivo eleitoral de tudo isso? Estará contente com as novas regras ou as considerará apenas como um transtorno momentâneo, ou um capricho da justiça, que facilmente se pode contornar por meio de mecanismos que só ele mesmo conhece? De certo modo, às vezes é possível imaginar que o que o leva a se erguer do túmulo não chega a ser, sempre, o interesse pecuniário imediato. Uma outra coisa, mais impalpável, que muitos chamam pitorescamente de “paixão” política parece movê-lo. Pode ser. (Pensemos numa cidade como B., com seus poucos milhares de habitantes, sua fábrica de cimento, suas empresas de mineração, que geram razoável arrecadação de impostos para os cofres públicos todos os meses...) Essa outra coisa é que é indescritível, misteriosa como o próprio fato de que o comportamento dos mortos-vivos eleitorais se apresente assim, marcado por oscilações que vão da euforia às longas fases de desânimo, algo muito menos acessível à razão do que podemos imaginar. Influenciam, seja como for, o que quer que seja a opinião pública das cidades que assombram e exercem nela um papel

político relevante? Ou devemos pensar também que, de um modo ou de outro, por meio de sua voz e seu comportamento, adquire expressão um modo de pensar e de se comportar do homem comum, muitas vezes alheio às disputas políticas, que por ser alheio a elas delega ao homem político (no caso, o morto-vivo eleitoral) a tarefa de expressá-los, enquanto em seu silêncio ele apenas referenda o que quer que seja a vida política das cidades do interior?

Qualquer que seja a resposta, delegando a eles a tarefa de realizar o que a falta de tempo, o excesso de escrúpulos ou a simples pusilanimidade nos impedem de empreender, nós os transformamos em porta-vozes de nossas aspirações inconscientes. Somos todos nós, no fundo, mortos-vivos que ainda não despertaram e que adormecem indefinidamente em sua fase noturna, incapazes de acordar para o frenesi do dia claro? Provavelmente, o fato de que os mortos-vivos adquiram relevância na vida política local revela que essa relevância foi usurpada e que, como acontece nos filmes, a vida que vivem se alimenta de outras, muito embora esse alimentar-se raramente seja sentido como tal.

janeiro de 2005

PORNOGRAFIA E DEVANEIO

Nada mais reconfortante, para a consciência do homem comum, do que abrir uma dessas revistas especializadas na divulgação de nus femininos e ler que certas mulheres preferem praticar o sexo desta ou daquela maneira, e que se sentem satisfeitas fazendo isso ou aquilo, sem a preocupação de que isso ou aquilo venha acarretar, nove meses depois, um indesejável aumento na população doméstica. Instala-se imediatamente na consciência de quem lê a utopia da vida feliz, despreocupada, em que certos problemas, postos entre parênteses, perdem a relevância diante da felicidade vislumbrada: belos corpos, juventude eterna e outras coisas de que, ao que parece, só os deuses até hoje tiveram o privilégio de desfrutar.

Vislumbres de uma realidade mais perfeita, menos desconfortável, mais de acordo com o que *deveria ser* se descortinam perante os olhos embriagados. E não há quem pense em Schopenhauer ou Leopardi numa hora dessas. Engolfado, por assim dizer, praticamente arrebatado pelo turbilhão das promessas que nas imagens se prefiguram (imagens que tendem a se aprimorar a cada dia mais – a julgar pela qualidade das revistas –, adquirindo um realismo perturbador), não há espaço no pensamento para as lembranças importunas. As promessas falam mais alto, deve-se admitir, e, nesse momento, a realidade – ou aquilo que julgamos ser a realidade – tende a se dissipar ou a se esbater numa espécie de névoa cinzenta, numa espécie de ponto cego que, se soubermos exatamente para onde dirigir o olhar, não se converterá em empecilho à contemplação do panorama.

Que os homens sejam propensos a não ver as coisas com isenção é fato que não precisa comprovação. Aliás, nesse aspecto, as revistas que divulgam pornografia tendem até a prestar à cultura um curioso serviço, com o qual as mentes que, ao longo de décadas, têm se empenhado para aprimorar a arte da reprodução realista das imagens provavelmente jamais sonhariam. Trata-se do efeito de inversão do potencial de realismo das imagens, isto é: a tecnologia da reprodução perfeita do visível, com todos os matizes de pormenores e sobretons a que se tem direito – sombras, cores e luz –, colocada a serviço do desvario. Especifiquemos melhor essa ideia. Se a divulgação das imagens tende a favorecer o voyeurismo coletivo, de certo modo facilitando aos curiosos a visão de coisas que, não fosse a qualidade técnica da reprodução, permaneceriam eternamente proibidas aos seus olhos (estamos evidentemente a falar aqui de maiorias populacionais), essa visão tem qualquer coisa de um onirismo, quer dizer: tal como se saboreássemos um apetitoso alimento do qual no entanto nos escapam todas as peculiaridades do sabor. Permanecemos desnutridos, eis o que se deve admitir também, e não importa o quanto nos fartemos e nos regalemos. Como nos sonhos, as impressões podem ser surpreendentemente nítidas, mas algum atributo sempre lhes faltará, desde que não há nada a sustentá-las por detrás, bem como não se anuncia em lugar nenhum qualquer possibilidade de realização efetiva das promessas com que nos acenam.

A cultura do devaneio conduz a impasses que dizem respeito à necessidade de se distinguir entre verdade e ilusão, realidade e fantasia, e outros binômios semelhantes. E o colocar essa necessidade em questão não significa, por certo, resolver os impasses. Mas pode ser que, quanto a isso, o homem moderno tenha

descoberto uma maneira bastante confortável de se acomodar à situação, convivendo com ela sem que a sensação de estar a ser cotidianamente ludibriado o faça perder o sono à noite. Se não se pode dizer que as coisas tenham sido diferentes em outras épocas (que época não se terá valido de equivalentes fanfarronices para criar o seu próprio patrimônio de cultura?), é certo que o momento contemporâneo parece tê-las levado a certo ponto de saturação – saturação à qual, no entanto, é provável que todos sobreviverão perfeitamente. Não importa o quanto de energia psicológica ou física se tenha de despende na acomodação: ser bombardeado todos os dias por imagens que, paradoxalmente, se mostram *realistas* demais para que sejam meramente reais não nos levará à paranoia (ou, pelo menos, julgamos que não o fará). Pelo contrário: a sensação de bem-estar aumenta na proporção exata em que aumenta a desconfiança. E talvez não fosse incorreto, até, dizer que o desconforto é, atualmente, a própria fonte do conforto – o que quer dizer também que, tal como o atesta a pornografia, há mais benefício na promessa do que na concretização do ato (qualquer que seja ele), se considerarmos o assunto do ponto de vista da satisfação psíquica proporcionada.

Mas, antes que venham dizer que estamos a fazer uma apologia da pornografia, é preciso aventar que o excesso de ênfase nos aspectos por assim dizer “atraentes” da vida, sem oferecer o conseqüente acesso a eles, cria um sentimento de inquietude, de raiva inconsciente, que precisa ser compensado de algum modo. E de que maneira acontecerá essa compensação? Provavelmente não acontece – sendo o preço a pagar pela satisfação a necessidade de engolir a frustração e agir como se nada estivesse acontecendo – fato que é bastante instrutivo para compreendermos certos modos de comportamento atuais. Na maioria das vezes, agiremos como se tudo estivesse em seu devido lugar: enveloparemos as evidências dentro de um casulo indistinto, que mantém em ordem a saúde mental de cada um de nós, e o resto seguirá conforme as engrenagens do mundo o pressupõem.

Não estamos, é claro, a fazer um exercício forçado de psicologia coletiva. Trata-se apenas de observar que o movimento que leva à ideia da satisfação e aquele que leva a rejeitá-la ficam de tal maneira confundidos que, no final, não se poderá distinguir uma coisa da outra. Assim, quem se deleita com as promessas da pornografia se deleita sobretudo com o sabor ligeiramente amargo que proporcionam – como acontece com certas bebidas cujo atrativo maior é exatamente um toque de amargor que se imiscui em sua doçura. Mas as bebidas, pelo menos, nos dão alguma coisa de *efetivo*, com a qual nos satisfazemos bem ou mal, ao passo que a pornografia veiculada pelas revistas, não obstante o prazer *real* que proporcionem as imagens divulgadas, nos deixa sempre de mãos vazias, como se a oscilar entre a aproximação e o recuo, num automatismo que nos arrebatava e não nos permite parar em ponto nenhum.

Seja como for, é justo dizer que o tipo de experiência proporcionado pela pornografia tem se tornado tão corriqueiro e tem impregnado de tal maneira os vários aspectos da cultura atual que mal poderíamos pensar o mundo sem ele. Podemos aplicar o raciocínio a outros setores da mídia e da veiculação de imagens nos meios de comunicação? Certamente poderemos, e então veremos que viver de promessas irrealizadas se converteu numa espécie de ponto de encontro comum entre os diversos planos da experiência cotidiana, numa espécie – nos arriscaríamos a dizer – de reivindicação coletiva que não há outra maneira senão satisfazer.

Vivemos do que não podemos ser, e isso nos *realiza*, nos *constitui*, por assim dizer, e a um tal ponto que, se as coisas viessem a ser de outro modo, provavelmente nos sentiríamos logrados.

2-7-2004/8-7-2004

O QUE VOCÊ FARIA

Era verão, e dois homens bebiam cerveja gelada num bar, sentados ao ar livre. Repetiam, com rigoroso escrúpulo, a conhecida sequencia de gestos que consiste em apanhar o copo, levá-lo à boca, beber um gole diminuto e depositá-lo novamente sobre a mesa. Um deles perguntou ao outro:

– Você já leu revistas em quadrinhos ou tem o costume de lê-las?

– Eu as lia quando era menino.

– E o que acha delas?

– Absurdas, sem dúvida alguma.

– Refiro-me àquelas que contam as aventuras dos assim chamados super-heróis. O que acha delas?

– Mais absurdas do que todas as outras.

O outro refletiu por um segundo e fez a seguinte pergunta:

– O que você faria se pudesse se tornar um super-herói por um dia, quer dizer, por um dia inteiro. E um super-herói – acrescentou – com todos os atributos de um.

Houve uma breve hesitação.

– Não sei – começou o segundo homem. – Talvez eu roubasse alguma coisa, tal como um objeto precioso, por exemplo, e me tornasse rico a não mais poder. Depois desapareceria no mundo.

Essa resposta pareceu não satisfazer o interlocutor.

– Mas isso não seria uma atitude heroica – observou este último. – Super-heróis não cometem crimes, caso contrário não seriam chamados de super-heróis.

O que tinha sido interpelado deu de ombros, torcendo o nariz a essa observação, que considerou um tanto primitiva. Comentou:

– Imagine. Durante um único dia não haveria tempo para se cometer nenhum ato heroico – pelo menos nenhum ato heroico digno de menção. Para salvar pessoas, impedir que se cometessem crimes, dar qualquer exemplo às crianças... Vinte e quatro horas não seria prazo suficiente.

– Então você não teria disposição para se tornar um herói – concluiu o primeiro, pensativo.

– Durante um único dia de minha vida só haveria tempo para que eu ficasse rico – continuou o outro. – Ou para que salvasse um cachorro de ser atropelado, e ainda assim sob a condição de que tal eventualidade viesse a *acontecer*.

O primeiro insistiu, no mesmo tom:

– Considere as implicações morais de pensar assim.

– Implicações morais? – disse o segundo, com certo desdém. – Olhe, eu não teria paciência de sair por aí procurando ocasiões para exercer meu heroísmo. É o que penso.

– Não se trata de ocasiões – obtemperou o primeiro. – Trata-se da oportunidade de se tornar um legítimo herói – e herói mesmo – por um dia inteiro de sua vida.

A resposta foi um suspiro. A tarde estava clara e morna. Uma luminosidade aguda se refletia nos guarda-sóis, reverberando entre as mesas com um ardor ofuscante. O que fora interpelado ficou absorto por um longo minuto e disse por fim:

– Pensando bem, oportunidades de bancar o herói aparecem todos os dias. Porém mais raras são as de que alguém se torne efetivamente rico. – Refletiu: – Se me fossem dadas as condições que têm essas criaturas que você mencionou, das histórias em quadrinhos, de me tornar qualquer coisa de melhor do que sou – e espetou um dedo no ar –, eu não as desperdiçaria por nada. – Fez outra pausa, pensou e concluiu: – Mas é como eu lhe disse: essas histórias em quadrinhos não oferecem parâmetros para avaliações adequadas. Aliás, repito: não passam mesmo de redondos absurdos.

E olharam-se, levando aos lábios os grandes copos de cerveja gelada.

DIZIMAÇÃO DE ACERVOS

Centenas de livros foram queimados no terreno dos fundos de um casarão comprado recentemente pela Prefeitura de Miguel Pereira no bairro da Piedade. (Notícia veiculada na Comunidade Virtual da Linguagem em julho de 2002)

Pelos idos de 1992, durante uma quixotesca campanha para eleger um prefeito de esquerda em minha cidade natal no interior de Minas Gerais, tive oportunidade de visitar uma escola de periferia (se se puder usar o termo em relação às cidades pequenas) para crianças em fase de escolarização primária. O prédio da escola, uma espécie de sombrio barracão dividido em três ou quatro cômodos que serviam de salas de aula, situava-se num terreno exíguo encravado entre o casario e uma praça no coração do bairro. A diretora da escola, uma senhora razoavelmente simpática, nos recebeu com cortesia e nos levou para ver as instalações. Numa das dependências havia prateleiras com livros, distribuídos em desordem num canto. Perguntei a ela que dependência seria aquela; ela me disse que se tratava da "biblioteca" escolar. Espantei-me, pois havia nas prateleiras livros como uma edição fac-similar da *Demanda do Santo Graal*, publicada há tempos pelo INL, livros de poesia, uma pequena história dos Estados Unidos, escrita em inglês, romances como *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoievski, livros de Coelho Neto e de autores menos conhecidos, entre outros. Indaguei à diretora se as crianças liam aquilo. Ela me respondeu que os livros estavam lá porque tinham sido doados pela Prefeitura, sendo provenientes do antigo acervo da Biblioteca Municipal. Esse acervo – não sei por que razão – havia sido fracionado e, como estratégia de um programa oficial para equipar as chamadas "bibliotecas infanto-juvenis" da cidade, tivera parte de seu patrimônio repartido entre as escolas dos bairros. Um tanto aborrecida com o trambolho, a diretora me perguntou se eu queria levar alguns comigo (provavelmente reparou meu interesse por umas poesias de Alberto da Costa e Silva, que eu estava folheando ali mesmo, enquanto ela falava); eu lhe disse que sim. Timidamente, porém, para não desfalcado o já demais desfalcado "acervo", apanhei apenas a edição da *Demanda*, o livro de poesias e algum outro, de que não me lembro e que certamente nunca li.

Mais tarde, terminada a campanha (e devidamente chamuscado por causa daquele gesto de idealismo), escrevi uma carta ao novo prefeito, um político mais ou menos inexpressivo que ficara como herança à cidade depois que o prefeito eleito da direita abdicara do cargo para se tornar deputado na capital. Informei-o sobre o ocorrido, dizendo que por iniciativa do mandante anterior a Biblioteca Municipal tinha sido praticamente destruída, devido à fragmentação do acervo, e que era necessário tomar uma providência, o que significava reunir de novo os livros que tão estapafurdidamente tinham sido enviados às escolas da periferia. Não que se devesse supor essas escolas não merecessem livros; mas, se a intenção tinha sido de criar bibliotecas para crianças, não havia justificativa para que se enviassem a elas edições como a *Demanda do Santo Graal* ou *Os Irmãos Karamazov*. Lembrome de ter falado de coisas como o "interesse perene" dessas publicações e da conveniência de que fossem mantidas num único local, desde que, nas escolas de periferia, estavam sujeitas a se deteriorar ou a simplesmente desaparecer devido à falta de conservação e de uso. A atitude do prefeito foi encaminhar minha carta para não sei que secretário, que por sua vez a encaminhou às funcionárias da Biblioteca

Municipal, as quais me apresentaram uma lista de várias páginas contendo os títulos dos volumes doados às bibliotecas dos bairros. A intenção era que eu selecionasse aqueles que fossem do *meu* interesse. Como?

Elas relataram, quando as procurei, o que havia acontecido com o acervo. Uma "especialista" fora enviada pela Delegacia de Ensino (sediada numa cidade vizinha) – quando ainda havia tais delegacias –, com a incumbência de transformar o acervo da Biblioteca Municipal (que dispunha, diga-se de passagem, de um grande número de volumes provenientes daquelas doações que o INL fazia antigamente às bibliotecas públicas dos municípios) em biblioteca de interesse "infanto-juvenil". E qual fora a atitude da "especialista"? Ah, sim: chegara à biblioteca, se apresentara às funcionárias com uma ordem do prefeito (àquelas funcionárias que conheciam o acervo com a palma da mão, dado que trabalhavam ali já fazia alguns anos) e começara a selecionar os livros. "E vocês permitiram?" – perguntei. "Não podíamos fazer nada" – foi a resposta – "até porque não tínhamos autoridade. Mas bem que tentamos salvar uma ou outra coisa: aquela coleção de José de Alencar, por exemplo, e aquela de Jorge Amado, mais os livros de Machado de Assis, mas não pudemos fazer muito". E o *Literatura e Idade Média Latina*, do Curtius? "Aquele ficou ali, pois insistimos em que não o levassem" – apontaram. E as *Poesias Completas* de Raimundo Correia, as obras completas de Manuel Bandeira e as de Cruz e Sousa, da Editora [Nova] Aguilar? "A de Bandeira ficou, mas as outras não sabemos onde foram parar..." – disseram.

Imaginei aquelas duas tentando contrabandear livros e, numa tentativa de ainda prestar esse modesto serviço à cultura, convencer a "especialista" de que eles poderiam ser úteis um dia, pois sempre existiria quem os quisesse ler. Mas o que espantava mais foram os critérios de seleção. Eram critérios de data e novidade, conforme compreendi. A "especialista" os aplicava sumariamente, abrindo um livro e olhando: tinha ilustrações? estava em bom estado? fora publicado, digamos, há dez anos ou menos? Se não, rua: doação para as escolas. Não eram admissíveis "velharias" numa biblioteca infanto-juvenil.

A Biblioteca Municipal, que depois mudou de nome, até que ficou bonitinha. Perdeu aquelas mesas semelhantes às de jantar, em torno às quais os leitores se sentavam e conviviam em promiscuidade, compartilhando impressões ou se dedicando à tagarelice, e ganhou umas prateleiras novas e umas mesinhas semelhantes às de bares, bem como um aparelho de tevê e um de videocassete.

Quanto aos livros, calculo que o acervo (cinco ou seis mil livros, suponho?) tenha sido dizimado em pelo menos uma terça parte. A "especialista" desapareceu, e o prefeito por sua vez não tomou nenhuma providência. Nem eu, que a única coisa que fiz foi localizar, na lista, um exemplar da *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, publicada pelo INL, e correr à escola para a qual fora desterrado, tomando-o de empréstimo à diretora, que anotou o fato numa caderneta. Nunca mais o devolvi. Dei-me o direito, digamos assim, até porque, como presumo, devo ter sido a primeira e a única pessoa a pôr os olhos naquelas páginas desde que foram publicadas havia pelo menos vinte anos – o que não é difícil de crer.

Essa história não tem final ou, se o teve, terá sido um final melancólico. Fica, porém, uma sugestão (depois que li o que se fez em Miguel Pereira e esses eventos de uma década me voltaram à lembrança), que dou àqueles que, em tempos de modernidade, querem parecer "atualizados" sem despenderem muito esforço ou suor: nunca leiam livros que tenham sido publicados há mais de dez anos ou que

não tenham cheiro de novos e aparência de bem conservados. Além de feios, eles podem prejudicar suas alergias, bem como espantar as crianças.

Desculpem pela extensão deste escrito.

Um abraço a todos.

Renato N. Suttana

Carta enviada por e-mail à Comunidade Virtual da Linguagem (CVL) em 31-7-2002.

À MARGEM DA ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Os justos mordem os injustos
de um modo límpido, oficial,
utilizando-se dos dentes
que lhes concede o tribunal.

Certos de que só desse modo
é que se extirpará o caroço
de mal que empesta a carne, mordem
mais fundo – até o limite do osso.

(Outrora se fazia assim
nos tribunais da salvação,
talvez com um pouco mais de arrojo
e violência na incisão.)

Se acaso mordem outro justo
com dentes que a justiça deu
(e após dizem que foi o dente
e não a boca que mordeu),

cospem por cima uma saliva
de preceptivas e morais
com que pensam cauterizar
as chagas novas, naturais.

Por não morder-se mutuamente
ou só morder o que convém,
deixando intacto tudo aquilo
que a justiça distingue bem,

não procedem conforme a grega
razão costuma prescrever:
isto é, primeiro dando à luz
o que antes não se pôde ver;

mas vão espalhando ao redor
uma poeira de intenções,
de bons propósitos, de são
desígnios, justificações,

que só se expressa em oratória,
e em gestos amplos, tribunícios,
que a outros olhos talvez pareçam
mais adequados aos comícios.

Vão lançando uma rede larga
e de malha fina em que o peixe
da opinião pública se enreda
(conforme o engodo que se deixe):

pois pouco importa a claridade
que a vista possa pretender:
importa o imperativo do ato,
a missão nobre de morder.

(agosto/2005)

DESCONSTRUINDO O DEPUTADO

A situação tomou a peito
desconstruir o deputado
e o faz virando pelo avesso
o que não tem avesso ou lado:

apanha um fio e logo faz
com ele vir o pano todo,
e então com o fio que puxou
amarra-o, prende-o de algum modo.

Mas esse peixe, que não cabe
na própria rede que o captura,
viscoso, logo se escapole
e salta a outra maior altura.

(Quem é que agarra tal salmão
no fluxo louco da corrente
e diz que nada na verdade,
ou diz que trama, e diz que mente?)

A oposição, porém, segura
de que tem contas a acertar
não com o difícil deputado,
mas com quem o esteja a enredar,

trata de reconstruí-lo, armando
de nova linha o mesmo tear:
e o faz levando mais para o alto
o peixe que não quer pescar.

(Ou põe de volta cada carta
que a situação embaralhou
e vai – Penélope – ao encontro
de um Ulisses que não voltou.)

E arrepanha, e alinhava, e cirze
essa esperança de tecido
com que há de reparar os furos
do deputado desconstruído.

(E aplica nisso tal fervor
que em cada ponto que se esgarça
mal se descobre a cosedura
do sério ou o remendo da farsa.)

E o deputado, por seu turno,
ave ou salmão que se desvia
de cada língua que o bajula,
de cada farpa que o desfia,

lá paira, enigma ou charadista –
inacessível como um céu
à situação, que nunca o viu,
à oposição, que já o perdeu.

30-6/1-7-2005

PRIMEIRA INQUIRIÇÃO DO DEPUTADO NA CÂMARA

O deputado foi às compras
e comprou o que não devia:
quilos e quilos de escarcéu
e outras onças de gritaria.

Ou era para ter comprado
esse embrulho com que tornou
à Câmara dos Deputados,
onde o espetáculo se armou?

O certo é que, uma vez aceso
naquela tenda o fogaréu
(onde não se distingue bem
entre o que é acusador e réu),

as perguntas vão se enfiando
como miçangas num cordão
ou como pombas desatentas
apanhadas pelo tufão.

Um quer saber por que não foi
que antes deitou à plena luz
aquele esboço de serpente
que agora apascenta e conduz.

Outro, tomando posição,
quer afirmar como absoluta
a verdade (apesar de incerta
e desfibrada) do que escuta.

Outro ainda, incrédulo, desfia
o intrincado tecido e tira
das entrelinhas do que é dito
o palimpsesto da mentira.

Outro ainda, a escapar da calha,
tocado de brio e hombridade,
se ergue e proclama em alta voz
a própria masculinidade.

(A tanto chega a oscilação
dos ânimos e do interesse
sacolejados no balanço
dessa maré que sobe e desce.)

E o deputado, espécie de asno
sagrado ou de esfinge inviolada,
lá está, parado sobre a linha,
só no começo da jornada.

15-6-2005

UM MILAGRE DE SANTA LUZIA (REVISTO)

Quem sabe um dia se comprove,
se deixe claro de uma vez
que a maravilha que se viu
e o milagre que a santa fez

não sejam tais como supus
(entre o riso e a incredulidade),
mas de uma nuança mais devota,
de uma mais santa qualidade.

Quem sabe se constate um dia –
após mais rigoroso exame –
que o fato tenha outro sentido,
outro nome por que se chame:

que quem furtou a joia de ouro
o fez por mais justa razão,
que não obter algum proveito
ou sonegar uma infração;

mas, surrupiando o par de olhos
e escondendo-o em local secreto,
receber de Santa Luzia
um benefício mais correto

(que, depois de dado, valesse
devolver o ouro para o altar):
tal como um privilégio oculto,
um milagre particular.

22-5-2003

SOBRE PÓSTUMOS

I

Há sempre um pingo de grotesco,
uma ponta de derrisão
no que se diz de modo cáustico,
por melhor que seja a intenção.

E, mais, quando se lança ao vento
(ou ao que é semelhante a um rio)
um livro de tão poucas páginas,
com esse título sombrio.

É que a fogueira da ironia,
(que tudo cresta ao seu redor)
chamusca os dedos do incendiário –
não poupa a mão próprio autor.

22-5-2003

II

O que certas fogueiras queimam –
a palha seca do momento –
às vezes é tudo o que há:
o todo estofo, palha-enchimento.

Queimam por fora o que há por dentro,
porque não há dentro nem fora:
ou, sendo um só o material,
distinções que o fogacho ignora.

Mas se ossos e ferros lá estão,
deixa-os expostos a fogueira:
reduz a cinza a folharada,
revela a trama da espinheira.

27-5-2003

NA BIENAL DO LIVRO

Dizem que o lucro do livreiro
não vem da venda do invisível,
nem do que por acaso se ache
(o que seria pouco crível)

impresso nas páginas brancas
que preenchem o curto espaço
que vai de uma capa à outra capa,
formando não corrente: um maço.

Quem lucra, ao vender o invisível,
é o escritor, que às vezes nem isto
(que às vezes lucra só vendendo
a letra impressa, ou seja, o visto).

O ganho do livreiro vem
não da venda do espiritual
(do incorpóreo que sobrepaire),
mas do corpo, do material.

(Assim, pode ser que o invisível
paire ao redor da coisa vista;
não dentro: ao redor, intangido,
do qual a coisa é só uma pista.)

O lucro do livreiro vem
(sem ilusões de carrossel)
de vender o que é mais barato:
tinta (impressa), cola, papel.

25-5-2003

A CURVA

Para Beatriz Olinto

Se a certas linhas que nos fazem
é preciso dar correção,
seja na forma da poesia,
seja na forma da ficção;

se se dizer tem a virtude
de tornar mais reta a alma torta
para aquele que, se dizendo,
mais facilmente se suporta

(não obstante possa torná-la
mais sinuosa para quem lê –
para quem do que não é seu
só a parte reta escuta ou vê) –

dando, não raro, essa impressão
de que se arrojou do interior
um fardo que só se soltou
porque se volveu exterior;

a curva do escritor é às vezes
parábola sem *fora* ou *dentro*:
cujas pontas vão se afastando
quanto mais longe estão do centro;

mas, às vezes, numa espiral
se fecha ou num círculo cheio:
começa por falar do próprio
e termina a falar do alheio.

9-6-2003

CERTOS LIVROS

Quando se diz: tem poucas letras,
não se está por certo a dizer
só que não se dominem bem
as artes de escrever e ler.

Quando se diz: tem poucas letras,
se está a dizer o que se diz:
que ali onde se buscou muito
falta uma coisa que se quis.

Mas é porque se olhou depressa
o que exigira mais vagar,
menos presteza no supor,
mais persistência no buscar.

Quando se diz que alguma coisa
que ali devia estar presente
faltou no fecho da fatura,
e disso o livro se ressentido,

é porque a vista pouco afeita
a essas tensões do olhar de perto
viu somente o que não quis ver,
trocou o visto pelo incerto.

Mas é provável que lá esteja,
na forma do não-estar-lá:
que por minguido é que se doa,
por rarefeito é que se dá.

26-5-2000

HIGIENE

O poeta consciencioso
desenvolve uma metafísica
de efeitos mais que salutareos
(pois cura a lepra, cura a tísica –

cura o poder de infeccionar
que têm os sujos pensamentos,
que espalham germes nas razões
e espalham as razões nos ventos).

Tem atitudes, posições,
tem compromissos, tem “posturas” –
limpas de toda incorreção,
incapazes de erros e usuras.

O poeta consciencioso
não se deixa ludibriar:
conhece o mato onde penetra;
sabe sair, tal como entrar.

Precavido do que cultiva
(cercas – roseiras que podou),
como um inventor acalenta
as patentes do que inventou

(metafísica de mão única),
resiste aos trancos, aos assaltos. –
E faz chegar ao leitor fiel
coisas limpas, sem sobressaltos.

11-6-2003

UM JORNALISTA

O que ele diz de modo claro
não tem função de clarear;
mas, antes, de tornar mais turva
a água em que se quis nadar.

(Como o fazem lulas e polvos
quando em perigo de captura,
ao expelir do próprio corpo
uma nuvem de tinta escura:

balões de treva que eles são;
capazes de assumir também
com uma arte que ninguém imita
a cor do ambiente que os contém.)

Di-lo com o reto da intenção,
como um presente que nos dá,
tão certo, que se há de excluir:
“É tudo o que houve, tudo o que há”.

Mas presente que não se leva,
nem torna rico o presenteado,
pois só lhe encheu de engano a vista
com um volume equivocado.

O que ele exprime claramente
é como a presa que escapou:
a mão se fecha decidida
em torno ao nada que ficou.

4-6-2003

O ANIMAL DE FIM DE SEMANA

Há pelo menos 200.000 brasileiros levando uma vida dupla de cidadão pacato durante a semana e destemido aventureiro nos sábados e domingos. O que os leva a isso? Especialistas dizem que apesar de todo o processo de civilização, o homem é um animal e precisa dar vazão a sentimentos instintivos. (Publicado no site da Revista Veja, 12-7-2003)

De que o homem seja um animal
há pouca gente que duvida:
animal adestrado a custo
entre as grades de sua vida.

Quando essas grades o comprimem
para além do que lhe convém
(ao ponto da sufocação)
sai o homem, o animal vem.

O que falta, porém, provar
e não fica aqui demonstrado
(nem pelo parecer dos sábios)
para esse homem mal adestrado

(a quem torna regularmente
o animal que pensou perder
entre as jaulas nem sempre largas
das conveniências do viver)

é que, na prática do esporte,
se resolva o animal que o mina
no aventureiro hebdomadário
que esquece os trilhos da rotina.

Melhor seria acreditar
que, ao se mudar de cidadão
em destemido aventureiro,
como se muda de opinião,

o homem não deu vazão ao bicho
nem retornou ao seu normal,
mas transitou da jaula à selva:
trocou apenas de animal.

19-7-2003

AINDA SOBRE LISTAS DE DISCUSSÃO

Talvez se ofendam, se chamados
de carneiros, como os chamei.
E talvez seja que essas águas
cujas margens mal divisei

não sejam águas vivas, móveis,
como o seriam as de um mar;
mas lentas, fixas, de lagoa,
mais seguras de navegar.

E talvez seja que essa voz
que ali flutua, indefinida,
não se compare à grenha da alga,
pelo mover da onda movida;

porém, melhor, aos aguapés
que à superfície se sustêm,
pouco se dando se a água vai,
pouco se dando se a água vem.

E talvez seja que as questões
que descontínuas nela caem
(contínuas não pelo que importam,
mas pelo espírito que traem) –

despertem só a comoção
que, ao cair na água, um seixo acorda:
fazendo círculos que crescem
e morrem sem chegar à borda.

25-5-2003

O TRATORISTA INSUBMISSO

Não foi a máquina, nem foi
a mão que tão longe a levou
naquele impasse que se viu,
mas outra coisa que emperrou:

mandaram vir o tratorista
com ordens para derrubar
não tanto as paredes da casa
quanto a intenção de lá morar.

Mas eis que ocorre o inesperado:
quem recebeu tal incumbência,
a despeito da lei que o abençoa,
parou no entrave da consciência.

Que fazer, senão convocar
o fiscal e o tabelião,
mais a polícia e o funcionário,
para aplacar a rebelião?

(A imprensa também acorreu,
curiosa do fato inaudito:
ver insubmeter-se o submisso,
conforme mais tarde foi dito.)

Inutilmente: que não teve
efeito ameaça nem sanção,
nem os rufos da lei severa,
nem promessas de execução,

para mover o tratorista
capaz de próprio julgamento.
Assim, exaustos de tentar
vencê-lo por rogo e argumento,

por convocações ao bom senso
e apelos à incerta obediência

(que às vezes são menos agudos
que certos gritos da consciência) –

fazem melhor do que puni-lo
por empedernir-se em seu *não*:
reconhecem nele um herói,
dão-lhe uma condecoração.

5-9-2003

O GOLPE

Se vivo, pretendeu matar-se,
mas não da morte que liquida;
de uma outra, menos peremptória,
que ainda o deixasse morto em vida.

Armou a trama com cuidado
(ajudam-no médico e irmão),
visando açambarcar o vulto
de uma gorda indenização.

(É que ter nome e identidade,
quando se é pobre e desvalido,
não vale a pena de estar vivo
e no registro ter morrido.)

Mas a trama não teve fruto,
porque cedo se descobriu:
puxou-se um fio e deslindou-se
a falsa morte que se viu.

Foram depressa ao campo santo
(o irmão também compareceu)
exumar o caixão recente,
com o lastro de pedra que o encheu.

Voltou à vida quem na morte
teve o que a vida regateou.
Se vivo, um pouco mais que morto,
se foi a vida que o matou.

5-6-2003

O GOLPE (OUTRA VERSÃO)

Se vivo, pretendeu matar-se,
mas não da morte que liquida:
de uma outra, que apenas quitasse
a inadimplência de sua vida.

Armou a trama com cuidado
(ajudam-no médico e irmão) –
visando a propínqua miragem
de uma gorda indenização.

(É que a estar vivo, oficialmente –
quando se é pobre e desprovido –,
é preferível a hipoteca
de sem cadáver ter morrido.)

Mas a trama não teve efeito,
porque cedo se descobriu.
Cobrou-se, na devassa, o empréstimo
que a falsa morte contraiu.

Correm ao cemitério e exumam
(também o irmão compareceu)
o esquife novo, em que pesava
o fardo de pedras que o encheu. –

Trazem à vida quem na morte
teve o que a vida regateou:
se vivo, um pouco mais defunto,
se foi a vida que o matou.

9-6-2003

ADENDO AO ELOGIO DO CRETINO

para Nicolau Saião

I

Depois de ler-te, sou forçado
a admitir, em contradição,
que não gosto deles sequer
com a atenuante da compaixão.

(Falta-me até, para gostar,
aquela ponta de malícia
que retira do que detesta
um travo amargo de delícia.)

Cretinos são o que são só:
irreparáveis, absolutos:
quais seres cuja perfeição
viesse da falta de atributos.

(Embora aqui não seja o caso
de tratá-los com mão severa,
pois o exagero produz o erro,
e o erro aquilo que exagera.)

Melhor: diria que, assim sendo,
sem nada que se lhes acresça
(nem espécies em que se enquadrem
ou graus que a mente estabeleça),

nada se lhes rouba nem tira,
porque não há que se tirar
de onde nada se pôs, e são *sempre* –
isto é, incapazes de mudar.

Ora, mudam tempos e modas,
costumes, ideias, razões;
e envelhecem budas e sutras,
confúcios, sócrates, platões.

E o próprio tempo e sua história,
que vai envelhecendo o mais;
e o que do velho vai sacando
formas novas e originais.

E envelhecemos nós também,
e o punhal do teu elogio,

e este poema, que ainda escrevo
e já se desfez no vazio.

Mas o cretino, que no muito
que vem de ser *menos* se acoita,
resiste à abrasão da mudança,
como uma rocha ao mar que a açoita.

E, resistindo, bem demonstra
que, na caduquice geral,
nisto nos passa uma rasteira:
é sempre *up-to-date*, atual.

12-2-2004

II

Não há um cretino exemplar
(eis a conclusão a tirar),

nem há quem possa do seu nada
sacar uma forma acabada.

De um nada só o nada se tira
(há quem a esse nada prefira

o nada-*néant* filosofal,
que é de outro tipo e para o qual

não contribui nenhum cretino,
pois o seu é mais *ralo* e *fino*) –

ou, quando se tira, o que resta
é o nada que a isso se empresta:

buscar no que já nada tem,
como se busca por alguém

onde esse alguém jamais esteve
(mas foi a ilusão que se teve).

Não há um arquétipo, uma forma,
qualquer coisa como uma norma

pela qual toda cretinice
se aquilatasse, se medisse.

O que há é somente o que já
se encontra estagnado por lá –

o nada solícito, vão,
prestante a qualquer situação.

(Como tão bem nesse *Elogio*
disseste, com agudo fio.)

De onde a ideia de ubiquidade
que vem da *nula* qualidade:

que vem de meditar esse oco
como um ovo podre, não choco:

o aéreo, o frívolo, o esfuziante,
o vivaz, o leve, o ululante

(o paradoxal desse nulo:
sua *atividade*, seu pulo;

seu gesto voraz, decidido,
porque é sem trava de sentido)

que está no palco (parolagem,
colunas, opinião, imagem,

efervescência – rádio, tevê)
que não *existe*, mas se vê.

De onde a ideia de coisa cheia
que vem de não haver ideia:

essa impressão de movimento
que emana do vácuo – não vento.

12/13-2-2004

O ENTERRO DO POLÍTICO

Não é que os vivos já não prestem:
os mortos é que prestam mais –
e não só para os arrepios,
para os assombros fantasmais.

Quando vivos, só nos empecem,
atravancam nossa passagem;
mas mortos tornam-se mais diáfanos,
têm a leveza da miragem.

Se vivos, têm o aspecto sujo
que têm as coisas quando vivas:
mistura de ácidos, humores,
biles, sarcasmos e salivas.

(Não é que a morte os embeleze
quando os enflora no caixão,
ou lhes melhore algum aspecto:
o formato, a apresentação;

ou que, arrancando algum espinho
que ainda há pouco incomodava,
conceda à imperfeição do todo
aquele toque que faltava;

mas é que, ao imprimir o toque
que finge a perfeição do todo,
completa o esboço do que vivo
não agradava de algum modo.)

Se vivos são como pedreiras,
ou casarões por arrumar,
ou como fardos numa estiva,
ou vastos campos por arar;

se vivos, são como granito:
difíceis, duros de entalhar. –
Mas mortos tornam-se de argila:
maleáveis, fáceis de moldar.

27-6-2004

PREGANDO AOS LEÕES

Não se sabe bem o que quis,
por que motivos ou razões
deixou de pregar às ovelhas
e foi catequizar os leões;

mas o fato é que lá se viu,
à luz do dia que o abençoa,
mais inerte que Daniel,
diante de um leão e de uma leoa.

(Talvez imbuído da intenção
de contradizer o que leu
no livro santo: que o inocente
por erro de outrem se perdeu,

tomou a peito empreender
por conta própria essa inusual
missão de ir ao jardim zoológico
corrigir o erro natural.)

Mas sobreveio o natural:
isto é, que insatisfeito disso,
dessa loquela que aos detentos
não prestava nenhum serviço

(a detentos cujo existir
em pouco espaço se resume,
que um fosso apenas, ao redor,
isolava de coisa alguma),

o macho, afoito, pouco afeito
às investidas fatais
(e menos ainda aos sermões),
decidiu não escutar mais:

com um golpe rápido pôs fim
à situação inusitada,
pregando ao bem intencionado
um belo susto e uma dentada:

o que prova (não o diz o livro)
que – talvez por ressentimento
que hoje não se desfez de todo,
não se apagou no esquecimento –

também os bichos (leões inclusos),
em matéria de religião,
preferem, como toda a gente,
ter sua própria opinião.

11-11-2004

RESPOSTA AO LEITOR

QUE ME CHAMOU DE “SEM JEITO” A DOIS POEMAS PUBLICADOS NA INTERNET

Há modos e modos de ler.
Há modos que cedem, que dão –
que põem onde falta tudo
aquilo que lá encontrarão;

e há modos de ler que, sacando,
tiram de onde nada puseram
o saldo que deixam: vazios
naquilo a que nada cederam.

*

Convido o leitor exigente –
que outra coisa não quer fazer
que achar entre os furos da rede
boa poesia para ler,

ou, mais que para ler, julgar,
aplicando-lhe, insatisfeito,
o ouvido fino, que pondera
e pesa a densidade, o jeito;

que intenta distinguir do bom
o trigo ruim que ali vai dito
e em duas palavras resume
o seu severo veredicto –

a que não pare no aparente,
mas saiba perscrutar também
o que nada diz ao ouvido,
andando adiante, para além.

*

(Isto é, que pondere no dito,
se o foi de fato: um nada ouvido,
que lá encontrou, a merecer
o julgamento aborrecido:

“sem jeito”, por certo; portanto
digno de que se diga dele

o pouco que dele se diz,
que a mais do que a isso não impele;

ou se, sem peso ou densidade,
o dito pode, inconsistente,
prender nem que seja um instante
de sua atenção exigente.)

*

Mas, se nada achar, que então julgue
do jeito desse achar, que o mede:
se é o nada que o leitor lá pôs
(que muito ler ao ler concede),

ou se é um mais próprio, mais digno
desse conciso julgamento:
que não tira de onde não pôs
matéria, coisa, pensamento.

(Um mais exato, mais sovina
que soa na entrelinha e quer
não pôr na boca o que ela diga,
mas o oco de um nada qualquer.)

*

Convido-o a que, do carecido,
do nada que não cede ou dá
(e deixa mudo, porque mudo,
porque é bem assim que lá está),

se pergunte se o que tirou
equivale ao que pôs ou viu:
e não esse oco, essa avareza
da mudez que se consentiu.

8-11-2004

PALINÓDIA

A máquina do mundo
não quer
funcionar:

o presidente
sai
a consertar.

Por um
momento
lampeja –

por um
momento.
Nem que seja.

O presidente
se dispõe
a ir.

(Nem que seja
para nos
desmentir.)

3-6-2003

TENDO SIDO DADOS

O primeiro ministro
a vogar
à deriva

agarrado apenas
às suas
convicções

difícilmente será
o herói
que pensa

ser.

30-5-2003

CIRANDA DAS ARMAS MISTERIOSAS

Se as armas não aparecem,
dá-se um jeito de encontrar.
Cava-se o quintal ao lado.
(O vizinho deixa entrar.)

Ou vai-se à imprensa dizer
que ainda falta procurar;
que houve equívoco, mas logo
a coisa pode engrenar.

Que o ditador, pouco afável,
não quis foi colaborar;
que escondeu tudo no sótão,
antes de se evaporar.

(Ou fez a descortesia
de jogar o fardo ao mar,
como quem salva um pecúlio
antes de o barco afundar.)

Mas que, cavando-se um pouco
(importa não se cansar),
alguma pista aparece –
nem que seja para o olhar:

nem que seja um relatório,
leve, fácil de folhear,
ou outro indício mais pífio
(qualquer um há de calhar).

Se as armas estão ocultas
fora de todo encontrar –
cava-se o quintal ao lado.
(Há muito onde procurar.)

25-6-2003

PREGÃO DA CABEÇA

Quem tiver uma informação
que conduza até o ditador
receberá um bom dinheiro
em pagamento do favor;

um bom dinheiro garantido
pelos cofres de quem o pague:
perfeito, exceto pela mancha
(que certamente não o estrague)

do rosto do tirano, impressa
em cada cédula que dão:
bom pagamento pelo feito
da dispendiosa informação.

(Quantas cabeças de papel
vale a cabeça que serviu
como modelo da cabeça
que nas cédulas se imprimiu?)

A quem tiver uma notícia
desse infável paradeiro
(que o traga às mãos dos vencedores)
se pague em ditador-dinheiro;

enquanto aos que por ele pagam
venha a grata indenização
(incômoda, real e cara)
da cabeça – com o corpo ou não.

4-7-2003

O BARALHO DO PRESIDENTE

O baralho do presidente
joga melhor com o que não tem:
com as cartas que lá não estão
(aquelas que não viu ninguém).

Joga melhor com o que lhe falta,
com o que não se pode mostrar
e não se deita sobre a mesa
para bater, para blefar.

Tem poucos naipes, muitas caras,
cartas que não acabam mais:
na frente o fluxo das razões,
as boas intenções fatais;

no verso a crônica da guerra
com a confusão que a guerra traz:
mais os motivos inconfessos
que são equívocos da paz.

(Tais como um relatório incerto,
cuja origem não se mostrou,
apesar de todo o protesto
e a gritaria que causou.)

Mas, se o baralho é todo trunfos,
é todo cartas que não o são
(que jogam bem quando são todas,
quando se têm todas na mão),

devido à ausência que as converte
em cartas boas de jogar
(e dão notoriedade a um vulto,
mormente na hora de votar),

se foge a vaza, o que eram caras,
efígies do adversário só,
assume os traços de quem blefa,
faz do baralho um dominó.

19-7-2003

O REBOLADO DE COLIN POWELL



Colin Powell, durante uma reunião com líderes asiáticos na Indonésia. (Foto: *site* da Rede Globo - Jornal Hoje, 3/7/2004)

I

Terá sido alucinação
(estadistas também o fazem
e muitas vezes de propósito,
apesar do espanto que trazem,

pois isso lhes rende na imprensa –
para além de todo “apesar” –
um apelo pelo qual de outro
modo teriam de pagar)

ou só um capricho dos sentidos
a que a televisão se abriu
(com os aplausos da plateia
e o mais que por ali se viu)?

Mas o fato foi que cantou
e, na euforia do momento –
naquela espécie de loucura
a que nos lança o movimento –,

ou por ser véspera talvez
de festejar a independência
(o que motivaria o roubo
e o lapso de descontinência),

não contente do que cantou
(sabe-se lá por que razão:
talvez porque o pedisse,
porque o seduzisse a canção) –

deitada fora a sisudez,
a circunspeção habitual
e a rigidez que imprime ao gesto
qualquer coisa de consensual,

deu um passo ou dois para o lado
(os outros já em fila a bailar)
e, arrematando a incrível peça,
pôs-se também a rebolar.

3-7-2004

II

“Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.” (Manuel Bandeira)

Chamaram-lhe descontração.
Resta saber de quê em quê:
descontração do pensamento
que já não procura um porquê

ou descontração da atitude,
que de viver encarcerada
entre as grades do protocolo
busca uma jaula mais folgada?

Por certo que descontraíu,
e mais até do que o esperado:
mais até do que poderia
gerar um simples rebolado.

Mas descontraíu na hora errada,
quando essa e outras descontrações
não podiam senão parir
improdúctivas lucubrações.

Melhor seria tê-lo feito
numa ocasião mais condizente,
quando havia o que descontraír
e descontraír o era realmente:

como quando, numa assembleia
da ONU, se pediu paciência:
menos pressa em baixar o alfanje,
mais cautela em mostrar potência.

Ou vale o que, num canto deste
“Arquivo” se disse uma vez:
que, em sendo época de incerteza,
de errar entre o quase e o “talvez”

(isto é: de ignorar quem ou quê
e de girar dentro de um círculo) –
se passe à solução mais simples,
que é sempre o *direito ao ridículo?*

5-7-2004

III

Formas outras de rebolar
se alternam com aquela, pura,
que o verbo exprime propriamente:
um movimento da cintura.

(Movimento que muitas vezes
envolve mais do que o quadril:
e implica as partes adjacentes,
conforme seja o corpanzil –

e implica pôr a balançar
abdômen, tórax e as regiões
às quais, no frenesi da dança,
também cheguem as pulsações.)

Formas tais como de ir e vir,
e dar resposta ao que é premente:
como quem segura uma cobra
ou quem carrega um ovo quente.

Ou responder, sem nada dar
de solução à solução:
pois há quem nisso se aprimore,
quem faça disso profissão.

Há formas de solucionar
que muito lembram rebolados –
modos que evocam contorções
de corpos ágeis, habituados:

como um rabo capaz de estorcer-se
ainda depois que se escapou

na pressa de salvar a pele
o lagarto a que se ligou.

Há formas de *ter rebolado*
(qualquer que seja o norte ou o rumo)
que implicam – mais do que gingar –
negacear, sem perder o prumo.

5-7-2004

PAZ AMERICANA (EM ÉPOCA DE ELEIÇÃO)

Quem sabe tenha descoberto
um outro modo de lidar,
mais dócil, menos insociável,
com que demorou a atinar;

ou que, por Quem iluminado
o fez assim tão decidido,
se tenha, até prova em contrário,
em pacifista convertido.

(Por Quem lhe deu as tais razões
fatais que aos outros sonegou,
quando, invocado no deserto,
à vasta empresa o destinou.)

Mas para crer em tal hipótese
seria – mais do que altivez
de pensamento – necessário
ser cego e surdo a uma só vez.

E então cabia desconfiar
(pois nada custa a desconfiança
e até estimula o pensamento
quando uma dúvida o balança

ou quando, ou por ingênuo ou cauto,
se mete a tudo perquirir
e esbarra num muro de pasmo,
sem ter por onde prosseguir)

que outros motivos o levaram
à providencial decisão
que nada têm a ver com tino,
com bom-mocismo ou compunção.

Melhor seria acreditar
(conforme o velho bardo o canta)
que, sendo tal a estação, *outro
valor mais alto se alevanta.*

30-6-2004

AUTO-APRESENTAÇÃO

(especial para o sítio do Centro de Estudos Literários da UNICENTRO – revista)

*Sou de Barroso, mas nasci
em Barbacena, outra cidade,
aonde se ia ser barrosense
num hospital maternidade.*

*Voltei bem cedo para casa,
para viver o que coubesse:
a infância pobre, imaginosa,
e o mais que a vida contivesse.*

*Estudei em escolas públicas
de nomes santos, senhoriais:
Escola Estadual Sant’Ana,
Artur Napoleão, e mais.*

*Adolescente, me formei
como se forma sem saber:
pouco sábio do que aprendi,
mas ainda capaz de aprender.*

*Fiz a faculdade que havia
na vizinha São João del-Rei,
que era Dom Bosco quando fui
e, quando de lá saí, FUNREI.*

*Formei-me em Letras, por supor
que era Letras o que convinha:
não por letras que eu já tivesse,
mas por aquelas que eu não tinha*

*(que eram letras interiores,
letras possíveis, com suas cetras.
E alguém um dia perguntou:
“Que há de fazer com essas letras?”).*

*Da faculdade, que cultivava
em nós um pomo de ilusão,
tornei-me professor da escola
onde havia estudado então:*

*e muita coisa que lá vi
desmentiu o que imaginei*

*(ou, se imaginei, não serviu
pois mais aprendi que ensinei).*

*Quis, no mestrado, ver o que era
tal novidade, a Capital,
onde em mim se trocou por penas
certa penugem provincial.*

*Na Pontifícia Universidade
Católica fui defender
perante banca de doutores
certo fragmento de saber.*

*Depois, recebido o diploma,
sobreveio o desassossego:
mais pobre estava do que nunca,
e sem salário, e sem emprego.*

*Ganhei vaga numa outra escola,
recebendo melhor salário
que aquele que na escola pública
se percebia de ordinário.*

*Era uma escola militar
cujos alunos, militares,
tentavam firmar a seu modo
da sabedoria os pilares.*

*Ceguei, exausto, a uma cidade
do interior do Paraná –
mais distante do que a distância –,
por um concurso que houve lá.*

*Hoje dou as literaturas
numa Universidade nova
e outras matérias impalpáveis,
conforme o tempo que as desova.*

*(Casei-me, nesse meio tempo,
eu que pensava que casar
era navegação sem água,
mas com o risco do naufragar –*

*no que me engano: a água fica
e o risco esvai-se com os dias
numa dança de sins e nãoos,
de desenganos e alegrias.)*

*Doutor não sou, mas tenho pronta
uma tese com que o pleiteie,
cujo assunto é a poesia, sempre,
e o mais que a envolva, que a rodeie.*

4-7-2003